



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 39ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 24ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - pelos 40 anos de sua fundação
- 1.3 - 25ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a comemorar o centenário da chegada do escotismo ao Estado
- 1.4 - 26ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Raffaele Peano
- 1.5 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/5/2014

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 657/2014 (encaminhando o Projeto de Lei nº 5.218/2014), do governador do Estado - Ofício nº 17/2014 (encaminhando o Projeto de Lei nº 5.219/2014), do presidente do Tribunal de Justiça - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.220 a 5.226/2014 - Requerimentos nºs 7.993 a 8.013/2014 - Requerimentos da Comissão do Trabalho e do deputado Rômulo Veneroso - Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz - Questões de Ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pínduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zê Maia.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Rômulo Viegas, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Braulio Braz, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 657/2014

- A Mensagem nº 657/2014, encaminhando o Projeto de Lei nº 5.218/2014, do governador do Estado, foi publicada na edição anterior.

“OFÍCIO Nº 17/2014*”

Belo Horizonte, 16 de maio de 2014.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 66, inciso IV, alínea “b”, e 104, inciso II, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o anexo projeto de lei destinado a alterar o quadro de cargos dos serviços auxiliares da justiça de primeiro e segundo graus.

Como Vossa Excelência poderá observar, propõe-se que o cargo/especialidade de Oficial Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador passe a integrar a carreira de nível superior de escolaridade, com exigência do grau de bacharel em direito como requisito para investidura no cargo. Com isso, este Tribunal atende a uma antiga e justa reivindicação dessa classe de servidor, indispensável à prestação jurisdicional.

Ao ensejo, apresento-lhe os meus protestos de estima e consideração.

Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 5.219/2014

Altera os quadros de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Ficam extintos, com a vacância, 2.176 (dois mil cento e setenta e seis) cargos de Oficial Judiciário, código JPI, previstos no Anexo IV da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000.

Parágrafo único - Os cargos de que trata o *caput* deste artigo são os da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador, conforme previsto em normativo do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Ficam criados, no Anexo IV da Lei nº 13.467, de 2000, 2.472 (dois mil quatrocentos e setenta e dois) cargos de Técnico Judiciário, código JPI-GS, da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador.

Parágrafo único - Na apuração das vagas a serem ofertadas nas classes subsequentes à inicial da carreira a que se refere este artigo, será observada a equivalência, em percentuais, aos quantitativos fixados no Anexo IV da Lei nº 13.467, de 2000, para esse cargo.

Art. 3º - O provimento dos cargos de que trata o art. 2º desta Lei fica condicionado:

I - à vacância, à medida que for ocorrendo, dos 2.176 (dois mil cento e setenta e seis) cargos de Oficial Judiciário extintos por força de seu art. 1º;

II - à lotação, mediante ato expedido pelo Tribunal de Justiça, e à vacância:

a) de 56 (cinquenta e seis) cargos de Oficial Judiciário e de 69 (sessenta e nove) cargos de Técnico Judiciário, ambos da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador, decorrentes do disposto no art. 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado à Constituição do Estado de Minas pela Emenda nº 49, de 13 de junho de 2001;

b) de 84 (oitenta e quatro) cargos de Oficial Judiciário e 72 (setenta e dois) cargos de Técnico Judiciário, ambos da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador, previstos no Anexo VIII da Lei nº 13.467, de 2000;

III - à lotação dos demais cargos.

Art. 4º - Ficam extintos, com a vacância, 10 (dez) cargos de Oficial Judiciário, código TJ-SG, previstos no item I.1 do Anexo I da Lei nº 16.645, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único - Os cargos de que trata este artigo são os da especialidade de Oficial de Justiça, conforme previsto em regulamento expedido pelo Tribunal de Justiça.

Art. 5º - Ficam criados, no item 1.1 do Anexo I da Lei nº 16.645, de 2007, 10 (dez) cargos de Técnico Judiciário, código TJ-SG, da especialidade de Oficial de Justiça.

Parágrafo único - O provimento dos cargos a que se refere este artigo fica condicionado à extinção, com a vacância, dos cargos de Oficial Judiciário extintos por força do art. 4º desta Lei.

Art. 6º - É requisito para a investidura no cargo de Técnico Judiciário, das especialidades de Oficial de Justiça e de Oficial de Justiça Avaliador, a titularidade do grau de bacharel em Direito.

Art. 7º - Incluem-se no quantitativo de cargos previstos no inciso I do art. 1º desta lei aqueles que, até a data de sua vigência, foram transformados em cargo de Oficial Judiciário, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei nº 13.467, de 2000.

Art. 8º - Caso haja, na data da publicação desta Lei, concurso público vigente para ingresso no cargo/especialidade de Oficial Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador, os cargos correspondentes ao número de vagas disponibilizadas no edital:

I - não serão considerados extintos nos termos do art. 1º desta Lei;

II - serão providos por candidatos aprovados no processo seletivo a que se refere o *caput* deste artigo, em número equivalente ao das vagas previstas no edital, obedecendo-se à ordem de classificação final no certame;

III - serão extintos após a vacância decorrente do provimento a que se refere o inciso II deste artigo, desde que essa vacância ocorra após o prazo de vigência do concurso público para ingresso nesse cargo/especialidade.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos cargos/especialidades de Oficial Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador que:

I - se tornaram vagos durante o processo seletivo;

II - vagaram, ou vierem a vagar, no prazo de vigência do concurso público para ingresso nesse cargo/especialidade.

Art. 9º - Fica revogado o inciso II do art. 2º da Lei nº 13.467, de 2000.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Propõe este projeto de lei a extinção, com a vacância, de cargos de Oficial Judiciário, da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador, e a criação de cargos de Técnico Judiciário, da mesma especialidade, integrantes dos quadros de pessoal Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau.

A alteração desses dois quadros de pessoal decorre da determinação contida no art. 255-A da Lei Complementar nº 59, de 2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Citado dispositivo fixa a exigência de bacharelado em direito para o exercício das funções de oficial de justiça. Como esse cargo, no Tribunal de Justiça, pertence à carreira de segundo grau, propõe-se extinguir com a vacância os cargos dessa carreira e a criação de número idêntico de cargos na carreira de grau superior de escolaridade, denominada Técnico Judiciário. O provimento dos cargos criados ficaria condicionado à extinção dos cargos de Oficial Judiciário.

Os artigos iniciais cuidam dos cargos da justiça de primeiro grau, que conta atualmente com 2.533 cargos/especialidade Oficial Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador, conforme o Anexo III da Resolução nº 405, de 28 de novembro de 2002, que regulamentou a Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000.

De acordo com o art. 1º, serão extintos com a vacância 2.176 cargos de Oficial Judiciário. Importante esclarecer que os demais cargos já integram a carreira de Técnico Judiciário, por força da Lei nº 10.593, de 1992.

O art. 2º cria os cargos de Técnico Judiciário, enquanto o art. 3º condiciona o provimento a extinção com a vacância dos cargos de Oficial Judiciário e daqueles não integrantes do quadro de provimento efetivo, os quais serão extintos em decorrência das normas legais em vigor. Pretende-se, com isso, evitar diminuição do número de servidores que atuam nas comarcas, exercendo a função de oficial de justiça.

Os artigos 4º e 5º versam sobre os cargos de Oficial Judiciário, da especialidade de Oficial de Justiça, do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

O art. 6º determina, como requisito de investidura no cargo de Técnico Judiciário, das especialidades de Oficial de Justiça e de Oficial de Justiça Avaliador, a titularidade do grau de bacharel em Direito.

Como o art. 2º da Lei nº 13.467, de 2000, transformou em cargo de Oficial Judiciário os de Técnico Judiciário criados pela Lei nº 10.593, de 1992, entendeu-se necessário explicitar que, no total de cargos extintos, estão incluídos os que foram transformados nos termos daquela Lei, ou seja, a 13.467. É o que consta do art. 7º do projeto.

Por fim, propõe-se no art. 8º a revogação do inciso II do art. 2º da referida Lei nº 13.467, de 2000, já mencionado acima, com o fito de preservar os cargos de Técnico Judiciário ainda não transformados, eis que eles já se enquadram na situação objeto da modificação legislativa agora proposta.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

- Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Da Sra. Aparecida Canhestro, secretária executiva e cerimonial da Associação Mineira de Municípios, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Participação Popular encaminhado por meio do Ofício nº 1.501/2014/SGM.

Da Sra. Carolina Garcia, da Secretaria Operativa do Plebiscito Popular, agradecendo o apoio desta Casa à realização do V Encontro dos Movimentos Sociais de Minas Gerais.

De D. Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, encaminhando exemplar da publicação *Arquidiocese em movimento* – uma década no terceiro milênio. (- À Comissão de Cultura.)

Do Sr. Eduardo Bernis, secretário de Trabalho (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.667, 6.669 e 6.813/2013, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Eliane A. Castro Medeiros, secretária municipal de Saúde de Santa Luzia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.606/2014, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Giovanna Carone Nucci Ferreira, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.602/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do TJMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.481/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Levy Nogueira, da DMA Distribuidora S.A., prestando informações relativas ao requerimento da Comissão da Pessoa com Deficiência encaminhado por meio do Ofício nº 1.578/2013/SGM.

Da Sra. Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcelos, secretária municipal adjunta de Modernização de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.246/2014, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, encaminhando cópia de atas relativas às atividades desse órgão.

Do Sr. Marcelo Magno Ferreira e Silva, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.237/2011, da Comissão de Assuntos Municipais.



Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.246/2014, da deputada Liza Prado, e 7.290/2014, da Comissão de Segurança Pública; e agradecendo voto de congratulações com o governo do Estado, formulado por esta Casa em atenção a requerimento da Comissão de Segurança Pública, pela abertura de concurso público para o cargo de investigador da Polícia Civil.

Do Sr. Vander Oliveira Borges, coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação, do FNDE, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.547/2014, das Comissões de Educação e de Direitos Humanos.

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.220/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Grão Mogol, com sede no Município de Grão-Mogol.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Grão Mogol, com sede no Município de Grão-Mogol.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Tadeu Martins Leite

Justificação: A Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Grão Mogol funciona regularmente desde 11 de outubro de 2009 e tem sua sede localizada na zona rural de Grão-Mogol.

É uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelos cargos que exercem.

De acordo com o seu estatuto, suas finalidades principais são melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral e desenvolver trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças, distribuindo a eles, gratuitamente, benefícios alcançados junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e a iniciativa privada, além de organizar e incentivar a produção agropecuária e promover a capacitação técnica dos associados.

Diante do exposto e tendo em vista que a entidade, conforme documentação apresentada, atende plenamente aos requisitos legais, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.221/2014

Declara de utilidade pública o Lar da Criança Vitorino Francisco Rodrigues, com sede no Município de Conceição das Alagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Lar da Criança Vitorino Francisco Rodrigues, com sede no Município de Conceição das Alagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio 2014.

Antonio Lerin

Justificação: O Lar da Criança Vitorino Francisco Rodrigues, com sede no Município de Conceição das Alagoas, é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, em funcionamento desde 10 de maio de 2003, que tem por finalidade a prestação de serviço a crianças de até 12 anos vítimas de abandono, desagregação familiar e maus-tratos, oferecendo a elas acolhimento e apoio através de hospedagem em abrigo, alimentação, assistência social e psicológica, sem distinção de raça, condição social, credo, política e religião.

A entidade apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.222/2014

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se o seguinte paragrafo ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975:

“§ ... - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstas em regulamento, a reduzir para 0% (zero por cento) a carga tributária nas operações internas, até 31 de dezembro de 2030, dos veículos automóveis de passageiros e de uso misto, dos ônibus, dos micro-ônibus e das vans, com motores de indução eletromagnética ou combinação de pistão alternativo e indução eletromagnética (híbridos), inclusive as baterias, os acumuladores e os motores de indução eletromagnética, suas partes e peças.”.



Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Carlos Henrique

Justificação: As autoridades responsáveis pelo planejamento das matrizes energéticas têm feito, ao longo dos anos, opção pelo combustível fóssil - petróleo -, que é um bem natural esgotável, sobrepondo-se à preocupação com os efeitos climáticos das emissões de gases e às perspectivas de variação de preços do referido combustível, considerando-se que a produção interna ainda é insuficiente.

Entretanto, em face das novas tecnologias e na busca de novos paradigmas de novas fontes energéticas, a exemplo do xisto, muito pesquisado como fonte de novo combustível a ser utilizado pelos países desenvolvidos, como Estados Unidos e outros países da Europa, nosso país, ao contrário, ainda carece de outras fontes energéticas, que preservem o meio ambiente, de grande eficiência para o transporte coletivo e individual de passageiros.

Os carros híbridos, por sua vez, combinam duas fontes de energia distintas - combustível, derivado de petróleo ou não, e eletricidade, que é uma evolução tecnológica surgida nas últimas décadas, que reduziu de maneira eficaz os preços e a dimensão das baterias e acumuladores necessários para movimentá-los.

Ademais, os carros híbridos e elétricos são muito comuns em países europeus e nos Estados Unidos graças a incentivos fiscais dos governos locais e à preocupação com a emissão de poluentes. No Brasil ainda há poucos modelos movidos eletricamente. O valor de um híbrido ainda é muito superior a veículos semelhantes a gasolina ou álcool, necessitando portanto do incentivo governamental pretendido.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.223/2014

Declara de utilidade pública a Associação Capelo Gaivota, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Capelo Gaivota, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Gil Pereira

Justificação: A Associação Capelo Gaivota é sociedade civil sem fins lucrativos, beneficente, cuja finalidade é promover e articular ações de defesa dos direitos coletivos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, com vistas a construir uma sociedade mais justa e solidária.

Dessa forma, como disposto em seu estatuto social, a associação realiza atividades de inclusão e proteção de seus assistidos, buscando o desenvolvimento social da comunidade em que atua, prestando assim relevantes serviços de reconhecido interesse público.

A entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento desde 11 de junho de 1997 e cumpre todos os requisitos da lei, motivo pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

Por essas razões, conto com o apoio desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.224/2014

Dispõe sobre o descarte dos filtros de cigarro e demais componentes de qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei regulamenta a dispensa de subprodutos do consumo de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, e veda o descarte de filtros de cigarros em vias públicas.

Art. 2º - A indústria, as empresas distribuidoras e vendedoras, inclusive o comércio varejista de produtos fumíferos são responsáveis pela disponibilização de meios para a coleta diferenciada dos filtros de cigarros e demais subprodutos decorrentes de seu consumo.

§ 1º - Consideram-se filtros de cigarro, para efeito desta lei, os subprodutos do consumo de produto fumígeno, derivados ou não do tabaco.

§ 2º - O destino final adequado dos filtros de cigarro será sua reciclagem, em relação aos materiais aproveitáveis, e os aterros, públicos ou privados, para os demais.

Art. 3º - É proibido jogar filtro de cigarro em vias, praças, parques e quaisquer outras áreas e logradouros de acesso público.

§ 1º - A inobservância da determinação contida neste artigo sujeitará os infratores à aplicação de uma multa que pode variar entre R\$100,00 (cem reais) e R\$500,00 (quinhentos reais), por filtro de produto fumígeno, cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º - As empresas mencionadas no art. 2º desta lei deverão disponibilizar, ininterruptamente, cartazes contendo advertência escrita, de forma legível, sobre a proibição desta lei, junto aos locais de venda de produtos fumíferos.

§ 1º - O aviso, afixado nos recintos de que trata esta lei, deverá orientar os frequentadores sobre a importância da reciclagem dos filtros de cigarro e os danos da incorreta dispensação desses produtos no meio ambiente.

§ 2º - A inobservância da determinação contida neste artigo sujeitará o infrator a multa de R\$300,00 (trezentos reais) a R\$3.000,00 (três mil reais), cobrada em dobro, nos casos de reincidência.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: Este projeto de lei visa proteger a saúde dos cidadãos e o meio ambiente.

A sujeira diária com que nos deparamos em nossas cidades, em razão do descarte indevido de subprodutos dos cigarros, é fonte dos mais diversos problemas sociais, que vão desde a poluição visual, até prejuízos à saúde da população. A guimba de cigarro, que, via de regra, é o lixo mais comum no planeta, pode ser encontrada nas ruas, nos parques, nos gramados, nas matas e florestas, nas canaletas, nas galerias de água pluviais e nos esgotos, nos canais, nos rios, na areia da praia e na água do mar, etc.

As pontas de cigarros acesas são também uma das principais causas de queimadas, que destroem milhares de hectares de vegetação nativa todos os anos. Existe ainda a questão estética, já que é comum ver belas paisagens sendo estragadas por conta de bitucas jogadas no chão.

Uma última consideração se faz necessária. A solução que aqui apresentamos muito se aproxima da regulamentação concernente ao descarte de pilhas e baterias em nosso país, a qual tem trazido excelentes resultados.

Por essas razões, apresento este projeto de lei no intuito de obter avanços em favor da qualidade de vida das pessoas, razão pela qual espero de meus pares o necessário apoio para aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.225/2014

Obriga as empresas que fabricam *smartphones* e similares no Estado a instalar nos aparelhos o “botão da morte”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as empresas que fabricam *smartphones* e similares no Estado obrigadas a instalar em seus aparelhos um “botão da morte”.

Parágrafo único - “Botão da morte” é um dispositivo que visa desativar permanentemente o aparelho de maneira remota após um roubo ou furto, além de deletar todos os dados presentes no aparelho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: Este projeto de lei tem como intenção tornar o furto de celulares um crime menos lucrativo. De acordo com um estudo conduzido pela Universidade de Creighton, uma medida desse porte pode fazer com que consumidores gastem US\$2,5 bilhões a menos por ano. Estatísticas do governo norte-americano dizem ainda que um entre cada três roubos no país envolvem um aparelho celular.

Dessa forma, podemos evidenciar a importância de tal projeto de lei para o Estado.

Portanto, pedimos o apoio dos nobres colegas para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.226/2014

Declara de utilidade pública a Fundação Senhor Bom Jesus, com sede no Município de Perdões.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Senhor Bom Jesus, com sede no Município de Perdões.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Fundação Senhor Bom Jesus, com sede no Município de Perdões. Em pleno funcionamento desde sua fundação, a entidade é uma associação civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado.

A entidade tem como finalidade exclusiva produzir e veicular programas de rádio e televisão de caráter educativo.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.993/2014, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre os prejuízos que poderão sofrer os alunos do Colégio Tiradentes, de Belo Horizonte, em razão da declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007, notadamente no que se refere à dispensa dos professores responsáveis pelo 3º ano do ensino médio, tendo em vista a realização do Enem 2014. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.994/2014, do deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Ercílio Confort Lorena, prefeito municipal de Heliadora, e a toda sua equipe, pela qualidade de gestão dos gastos públicos, que, aliada ao bom desempenho



nas áreas de saúde e educação, colocou o município entre os dez primeiros do Brasil no Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão no ano de 2012. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.995/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Robson Braga de Andrade, novo presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Nº 7.996/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Antônio José Vieira, presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 7.997/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares, civis e federais que menciona, pela atuação na ocorrência, em 15/5/2014, em Pitangui, que resultou na prisão de três pessoas e na apreensão de droga.

Nº 7.998/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/5/2014, em Ipatinga, que resultou na apreensão de 4,5kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.999/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de droga e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.000/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Coronel Fabriciano, que resultou na apreensão de três menores e de armas, veículos, objetos de valor, droga, quantia em dinheiro e na prisão de sete pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.001/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Brasília de Minas, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de quantia em dinheiro e de uma réplica de arma de fogo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.002/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na recuperação de um veículo roubado e na prisão de três homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.003/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/5/2014, em Ipatinga, que resultou na prisão de um homem suspeito de estelionato e na apreensão de materiais utilizados para falsificação de documentos; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.004/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Ouro Branco, que resultou na apreensão de grande quantidade de droga, quantia em dinheiro e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.005/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 29º Batalhão de Polícia Militar e na 18ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/5/2014, em Poços de Caldas, que resultou na apreensão de droga e na prisão de dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.006/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/5/2014, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de droga e munição e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.007/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com relação à morte de crianças das comunidades indígenas maxacali situadas em Santa Helena de Minas e Bertópolis, devido ao surto do vírus *influenza B*.

Nº 8.008/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Nacional de Saúde Indígena pedido de providências com relação à morte de crianças das comunidades indígenas maxacali situadas em Santa Helena de Minas e Bertópolis devido ao surto do vírus *influenza B*.

Nº 8.009/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Funai pedido de providências com relação à morte de crianças das comunidades indígenas maxacali situadas em Santa Helena de Minas e Bertópolis, devido ao surto do vírus *influenza B*. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 8.010/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Julimar Marques da Rocha pela magnífica apresentação musical durante a 71ª Exposição Agropecuária e Industrial de Curvelo. (- À Comissão de Cultura.)



Nº 8.011/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a morte de crianças das comunidades indígenas maxacali nos Municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis devido ao surto do vírus *influenza B*. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.012/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 21ª CIA PM/34º BPM, pela atuação, em 18/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um adolescente e de arma, munição, drogas e quantia em dinheiro. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.013/2014, do deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Dom José Gaspar, de Araxá, pela conquista do prêmio Curtas Histórias, do Ministério da Educação, com o vídeo *O almirante negro*, produzido por cinco alunos com a coordenação do Sr. Órfilo Honorato Fraga, professor de comunicação aplicada. (- À Comissão de Educação.)

Da Comissão do Trabalho em que solicita seja encaminhado à Mesa desta Casa pedido de providências para a agilização da tramitação do Projeto de Lei nº 3.195/2012, que dispõe sobre o piso salarial regional dos profissionais de enfermagem no Estado. (Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do deputado Rômulo Veneroso em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar Pró-Turismo. Subscrevem termo de adesão à criação dessa frente parlamentar as deputadas Liza Prado e Maria Tereza Lara e os deputados Arlen Santiago, Bonifácio Mourão, Cabo Júlio, Carlos Henrique, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Duilio de Castro, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Mário Henrique Caixa, Paulo Lamac, Romel Anízio, Rômulo Viegas, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio, Ulysses Gomes e Wander Borges.

Comunicações

- É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Questões de Ordem

O deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, gostaria de usar deste espaço com a devida vênua de V. Exa. para registrar um fato que está nos preocupando muito, principalmente na região do Norte de Minas. Todos sabem que a região passa sucessivamente, ano após ano, por grandes dificuldades, principalmente nesta ocasião de seca. Este ano tivemos poucas chuvas, mesmo nos períodos em que ocorrem de forma concentrada. De 2013 a 2014, ocorreu uma virada de ano ainda mais atípica, porque todos os anos ocorriam concentrações com as quais estávamos acostumados, mas, neste ano, ocorreu uma virada de forma muito acanhada, trazendo muito sofrimento ao Norte de Minas. Aliás, hoje a seca parece estar generalizada em grande parte do Sudeste brasileiro. Vejam pelo que São Paulo está passando: falta de abastecimento na maior metrópole deste país, deixando milhões e milhões de pessoas alarmadas. De qualquer maneira, presidente, queria trazer esta informação porque estamos observando que infelizmente as ações por parte principalmente do governo federal não estão chegando ao Norte de Minas. Já estamos praticamente no final do mês de maio e vamos ter, com certeza, um período de mais cinco meses de seca. O Rio São Francisco está morrendo, pois passa pela maior seca da sua história. Próximo a Itacarambi, Sr. Presidente, 4km abaixo da cidade de Itacarambi, já é possível atravessar o São Francisco a pé, graças aos vários bancos de areia que se formaram. A Barragem Três Marias está retendo as águas e só as solta no momento em que passam algumas embarcações ou quando ficam encalhadas. Estamos vivendo esse momento tão difícil na região do Rio São Francisco, próximo a Januária e a Itacarambi. Na semana passada estive lá para fazer um grande seminário e debater as ações dos governos federal e estadual para reativar e trazer mais ânimo ao turismo das cidades ribeirinhas. A grande dificuldade, o grande clamor das pessoas que moram às margens do São Francisco, principalmente na região de Itacarambi, foi a falta de água dentro do rio. Esse é o quadro que estamos anteendo. Aproveitando este espaço, presidente, queria fazer um apelo neste momento - e o faço de forma solene e oficial - para que os órgãos governamentais, inclusive os órgãos do governo do Estado, a Copasa e a Copanor, a bendita Copanor, cuja criação votamos há alguns anos, atuem de forma imediata. Se deixarmos as ações virem daqui a dois ou três meses, veremos o quadro do ano passado. Foi um quadro drástico e pintado de forma cruel, principalmente com a região do Norte de Minas. Então, como deputado da base do governo e que acredita no governo de Alberto Pinto Coelho, queria fazer um apelo. Nós, que acompanhamos o belíssimo governo do ex-governador Aécio Neves, que acompanhamos o governo fantástico, magnífico do governador Anastasia e que acreditamos no governo do governador Alberto Pinto Coelho, queremos fazer um apelo veemente desta tribuna, nesta tarde, neste dia: que o governo do Estado, na falta, na ausência das ações do governo federal, que sempre chegaram tarde e no momento final da seca, que o governo do Estado acuda nossa região. Os municípios servidos pela Copanor estão absolutamente insatisfeitos, a Copanor que votamos, criamos e na qual acreditamos. Estivemos com o presidente da Copanor, Dr. Franklin, e o convidamos a vir a esta Casa. Vamos criar uma comissão de deputados para receber aqui o Dr. Franklin, que nos explicará o que a Copanor fará para atender principalmente os municípios do Vale do Jequitinhonha. Vamos trazer a esta Casa também a equipe da Copasa para que nos dê uma palavra de tranquilidade e nos diga o que fará para matar a sede do povo do Norte de Minas. Só mais um minuto, presidente. Com certeza, a seca será a pior de toda a história da região. Já vamos somar as ações da seca deste ano com as do ano passado. Queremos acreditar que o governador Alberto Pinto Coelho, como sempre fez, pois sempre foi solidário, sempre foi presente no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, determine que a Copanor estenda suas ações à região do Jequitinhonha e a Copasa atenda o Norte de Minas, principalmente no abastecimento de água para matar a sede do norte-mineiro. Muito obrigado.

O deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, presidente. Quero, muito rapidamente, relatar uma matéria do jornal *Estado de Minas* do dia 1º de abril, que fala de um novo alerta sobre o clima. (- Lê:): "Relatórios se tornam desnecessários para demonstrar que o clima está mudando. São tantas as variações surpreendentes que a normalidade parece fato excepcional. Os impactos não se restringem a esta ou àquela região, a este ou àquele país, a este ou àquele continente. São globais. Se a observação empírica, porém, é comprovada pela ciência, o problema ganha dimensões alarmantes. É o que comprova o painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC), divulgado no domingo em Yokohama, no Japão. O documento, com mais de 2 mil páginas e 30 capítulos, trata dos impactos produzidos pela ação humana sobre a natureza. Os abalos do aquecimento global projetados para o século XXI têm efeitos mais



assustadores na disponibilidade de água doce e na produção de alimentos. Segundo o texto, não há áreas livres de risco. Ricos ou pobres, desenvolvidos ou em desenvolvimento, todas as nações têm vulnerabilidades, algumas mais, outras menos, mas nenhuma está plenamente preparada para enfrentar o desafio que ameaça os sistemas naturais e humanos. Diferentemente do IPCC de 2007, criticado por apresentar dados superficiais e fazer previsões precipitadas, o deste ano baseou-se em estudos mais abrangentes e comprovados por diferentes fontes. Não significa que tenha faltado rigidez ao anterior. Significa que menor número de artigos científicos confirmaram determinados fenômenos. Apesar das diferenças, tanto o de 2007 quanto o de 2014 apontam fato incontestável. O mundo, por enquanto, não está preparado para fazer frente aos desafios do novo paradigma. Mas as mudanças climáticas são realidade que exige respostas imediatas. O planeta paga conta antiga, cujo débito se acumula desde a Revolução Industrial. Impõem-se medidas urgentes aptas, senão a frear o processo, pelo menos a atenuar-lhe os efeitos. Ainda há tempo, diz relatório, embora se torne cada vez mais apertado. Grandes marchas começam com pequenos passos. O primeiro: convencer-se de que o meio ambiente não é coração de mãe, em que sempre cabe mais um. Não cabe. No caso do Brasil, além de reduzir drasticamente o desmatamento, há que se tomarem medidas sérias para evitar desperdícios e melhorar a qualidade dos insumos. Entre elas, incentivar a troca de eletrodomésticos com alto consumo de energia por outros econômicos, estimular a economia e o reúso da água, evitar a poluição de rios e lagos. Não só. Melhorar o transporte público - sobretudo o modal sobre trilhos - reduz a poluição e melhora a qualidade de vida. Sem olhar de frente a tragédia anunciada, condenamos o mundo a duas penas capitais: morrer de sede e de fome". Portanto, presidente, esse novo alerta sobre o clima nos motiva no Parlamento de Minas a nos empenhar cada vez mais nas condições adequadas para motivar prefeituras, governos estaduais, o governo brasileiro e os demais países a terem mais interesse com a questão da natureza, senão corremos o risco de deixar uma herança muito ruim para os nossos futuros descendentes. Muito obrigado por sua atenção.

O deputado Ulysses Gomes - Presidente, gostaria de compartilhar algo. Tive oportunidade diversas vezes nesta Casa de trazer um problema que tem se agravado cada dia mais. Desde o ano passado, quando fomos procurados por várias instituições de ensino que haviam aderido ao PEP, participamos de audiências públicas, recebemos várias instituições em nosso gabinete e visitamos algumas delas na região do Sul de Minas. Mas, infelizmente, é impressionante o descaso deste governo com essas instituições, com os profissionais, sobretudo com aqueles alunos, jovens, adolescentes, aquelas pessoas que acreditaram em uma proposta, em uma oportunidade de ensino profissionalizante. Diga-se de passagem, essa ideia não é tão inovadora como o governo diz, mas é uma ideia que merece, sim, nosso louvor. É uma ideia que partiu da iniciativa do governo do Estado ao oferecer vagas para jovens, para pessoas que querem ter oportunidade de se profissionalizar, a partir de uma escola particular, obviamente a partir de um convênio feito com essa instituição para a aquisição das vagas. Essa instituição oferta essas vagas a várias pessoas naquelas cidades, naquela região. O programa, por sua concepção e iniciativa, com certeza, teria tudo para dar certo, a exemplo, talvez, do governo federal, que ampliou as escolas técnicas e as universidades federais por todo o Brasil. O que ele fez com isso? Gerou oportunidade para milhões e milhões de brasileiros, com uma grande diferença. Não vou tratar aqui do mérito da qualidade, mas digo que a diferença foi significativa. Houve oportunidade real, oportunidade em que, de fato, as pessoas não tiveram somente o espaço e a qualidade do serviço e da educação ofertados, mas também, sem dúvida nenhuma, a garantia de começar um ensino, um curso e terminá-lo com diploma de qualificação. Ao contrário disso, o governo do Estado criou, inventou o programa de educação profissional, mas, infelizmente, ao longo de um ano, ele não paga a essas instituições. É uma situação gravíssima. Essas instituições, presidente, para poderem ofertar esses programas nas suas cidades, tiveram de contratar mais professores, tiveram de investir em mobiliários, em mais espaços e em novo local, com seus recursos, para poder exercer a suposta ideia do governo de oferecer aos alunos de cada uma das cidades esses cursos. O governo, ao longo dos meses, ignora essa situação, não paga e não dá resposta. Ele é cobrado e não dá resposta aqui nesta Casa às instituições, quando elas se organizam, se mobilizam, como aconteceu na semana passada. Estive aqui na terça-feira alertando que na quinta-feira, dia 15, haveria uma manifestação. O governo merece novamente aquele título com que o batizamos: governo cara de pau. Ele soltou novamente uma nota avisando às instituições, um dia antes da manifestação, que iria pagá-las nos três dias seguintes. Já se passou uma semana, presidente, e a nova carta da secretária Ana Lúcia Gazzola e do seu superintendente, Rafael de Freitas, foi por água abaixo mais uma vez. Eles, novamente, empurram essa questão com a barriga e dão as costas a esses alunos e a essas instituições. Repito, eles investiram, fizeram empréstimos para cumprir com a obrigação, porque os profissionais que foram contratados estão dentro da escola cobrando daquele empresário que os contratou. Ele não pode virar as costas para aqueles profissionais e para aqueles alunos. No entanto, o governo, a secretária e o superintendente fazem isso, sim. Eles fogem, escondem-se. Às vésperas de uma manifestação envia-se um ofício, uma carta, uma manifestação dizendo: "Calma, minha gente, o programa é maravilhoso, é importante. Daqui a três dias vamos pagar a vocês". Passou-se uma semana, e, mais uma vez, a mentira foi dita a esses profissionais. Quero manifestar nossa indignação, presidente, mas, infelizmente, nossa Casa não tem condições de compartilhar com os líderes nossa indignação. A situação é insuportável para aqueles que há mais de 10 meses - há casos de 14 meses - não recebem nenhum centavo do governo, que lhes ofereceu isso. Resumindo, Sr. Presidente, chegam, plantam uma ideia, com recursos públicos para fazer um programa - que, diga-se de passagem, é até interessante -, mas abusam da boa vontade de profissionais e instituições. Recebi uma denúncia da minha cidade de Itajubá sobre uma instituição de mais de 80 anos que oferece ensino profissionalizante e hoje está endividada porque o Estado a enganou e não cumpre sua obrigação de pagar o que deve. Muito obrigado.

O deputado Tadeu Martins Leite - Caro presidente deputado Hely Tarquínio, levanto uma questão de ordem neste momento para revelar a este Plenário uma preocupação e fazer um pedido de providências à Cemig, à Copasa e à malfadada Copanor. Há algum tempo a Cohab vem construindo casas nas cidades mineiras. Pelo que soube, em três ou quatro cidades onde as casas estariam prontas para serem entregues, muitas construções estão paradas há mais de um ou dois meses porque, infelizmente, a Copanor, a Cemig e a Copasa não foram lá para fazer as instalações necessárias. Em Botumirim, mais de 40 casas estão prontas há mais de um mês e meio e até hoje a Copanor e a Cemig não fizeram o seu dever de casa. Em Engenheiro Navarro são 32 casas; Felício dos Santos, 40; Glaucilândia, 30; Pintópolis, 40. E tudo isso apenas no Norte de Minas. Sabemos que a Copanor passa por dificuldades com a má remuneração dos funcionários, que têm de trabalhar sem nenhuma condição verdadeira. Como alguns disseram mais cedo, a Copanor



foi criada, mas infelizmente ainda não mostrou a que veio. Ao contrário, ela deveria vir e ajudar as cidades mais pobres de Minas Gerais, o Norte do Jequitinhonha e o Mucuri. Ela enviou a sua estrutura para lá, mas a água está só piorando. Agora, neste momento, as casas que serão importantes para centenas de famílias não podem ser entregues porque a Cemig, a Copasa e a Copanor ainda não fizeram o seu dever de casa, não fizeram as instalações necessárias para que as prefeituras e as lideranças as entregassem. Portanto gostaria, perante V. Exas., de cobrar agilidade da Cemig, da Copasa e da Copanor, para que façam o seu dever de casa permitindo ao Estado entregar essas casas à população que tanto precisa. Não entraremos em questões políticas. Essas casas são importantes para a população. Na semana passada, realizamos audiência pública na Assembleia com a participação de centenas de funcionários da Copanor reclamando não apenas da falta de estrutura, mas principalmente das condições de trabalho, dos salários quase miseráveis, da falta de assistência à saúde e da alimentação. Infelizmente, em todas as cidades do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri atendidas pela Copanor a população tem de lidar com uma água de péssima qualidade. Mais uma vez peço à Cemig, a Copasa e a Copanor que agilizem as instalações nas casas de Botumirim, Felício dos Santos, Engenheiro Navarro e Pintópolis, onde elas já estão prontas. A população está sendo privada de receber esse bem que a ajudará tanto, talvez por falta de competência ou por morosidade por parte das empresas. Eram essas as minhas palavras, caro presidente. E, observando que não existe quórum neste momento para darmos continuação aos trabalhos, peço encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 21, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2014

Presidência do Deputado Antônio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Entrega de Placa - Palavras da Sra. Sara Maria Chalfoun de Souza - Palavras do Sr. Hudson Teixeira - Palavras do Sr. Alysson Paulinelli - Palavras de D. Mauro Morelli - Palavras do Sr. André Luiz Coelho Merlo - Palavras do Sr. Marcelo Lana Franco - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes - Bosco - Duarte Bechir.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) - Às 20h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. André Luiz Coelho Merlo, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o governador do Estado, Sr. Alberto Pinto Coelho; Marcelo Lana Franco, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o prefeito municipal de Belo Horizonte, Sr. Marcio Lacerda; e Florindo Dalberto, presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária; o Exmo. e Revmo. Sr. D. Mauro Morelli, bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias e presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG; os Exmos. Srs. Alysson Paulinelli, presidente executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - Abramilho - e ministro de Estado da Agricultura no período entre 1974 e 1979; Hudson Teixeira, presidente da Associação dos Pesquisadores da Epamig; e Paulo Luis Rabello, prefeito municipal de Três Pontas; a Exma. Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa; o Exmo. Sr. Antônio Álvaro Corsetti Purcino, chefe-geral da unidade de Sete Lagoas da Embrapa Milho e Sorgo; e a Exma. Sra. Sara Maria Chalfoun de Souza, pesquisadora da Epamig Sul de Minas.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. desembargador Eduardo Lobato, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Elmiro Nascimento, ex-deputado desta Assembleia e vice-presidente da Copasa; Sérgio Rodrigues, vice-prefeito municipal de Juiz de Fora; Emílio Mouchrek, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos - Smea; Getúlio Gontijo, assessor parlamentar do vereador Prof. Wendel; Luiz Ademir Hessmann, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina - Epagri; Orlando Melo de Castro, coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta; José Geraldo Medeiros, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - Emparn; Danilo Rheinheiner dos Santos, presidente da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - Fepagro; Maxell Assis de Souza, presidente do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper; vereador Prof. Wendel; e Toninho Gama, subsecretário de Agronegócio da Secretaria de Agricultura; e a Exma. Sra. Leticia Torres, subsecretária de Estado de Casa Civil.

Gostaria de registrar também mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. deputado federal Marcos Montes, por meio da qual lamenta sua ausência, em razão de compromissos assumidos previamente, e parabeniza a Epamig, na pessoa do seu presidente Marcelo Lana, pelo transcurso de seus 40 anos, juntamente com o deputado Antônio Carlos Arantes pela homenagem que propôs.



Neste momento, faremos a leitura de mensagem do Exmo. Sr. senador Aécio Neves (- Lê:) “Caro Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, caros parlamentares mineiros, autoridades e demais participantes dessa reunião especial, que homenageia os 40 anos da nossa Epamig, empresa orgulho dos mineiros. Com grande alegria saúdo todos os presentes. As pesquisas desenvolvidas pela Epamig, ao longo de sua história, foram fundamentais para definição de políticas para o setor e também para consolidar o papel de protagonismo do Estado de Minas na agropecuária brasileira. Do apoio à agricultura familiar até a agroindústria de ponta, essas pesquisas ofereceram informações e tecnologias de grande relevância para aprimorar a gestão da atividade agrícola e suas práticas, resultando em expressivo aumento da competitividade, da qualidade e, principalmente, da produtividade do setor. Hoje, Minas Gerais destaca-se no agronegócio brasileiro, ocupando cerca de 12% do PIB setorial, e temos crescido, consistentemente, ao longo dos últimos anos. Entre 2001 e 2011, o PIB do agronegócio mineiro cresceu 80%, além de aumentar sua participação no conjunto do País. Grande parte deste resultado é trabalho da Epamig. É por isso que não poderia deixar de encaminhar esta mensagem louvando essas quatro décadas de sucesso, resultado do trabalho dedicado de cada um dos seus técnicos, parceiros, administradores e funcionários. Presidente Marcelo Lana, leve a todos os servidores da Epamig meu abraço fraterno e meu reconhecimento. Reconhecimento que, estou certo, também é de todos os mineiros. Caros amigos, um grande abraço a todos. Senador Aécio Neves”.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança e acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Antônio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao presidente da Epamig, Sr. Marcelo Lana Franco, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “O desenvolvimento da agropecuária é, sem dúvida, um dos mais importantes parâmetros para se medir o progresso de uma nação. Mais do que um indicativo econômico, o setor revela o potencial de promoção da qualidade de vida da população, por meio da capacidade de produção de alimentos. É por isso que, cada vez mais, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - vem consolidando sua relevância ao contribuir com expressivos avanços para o segmento agrícola em nosso estado. Seja na agricultura familiar, seja no agronegócio, a instituição se dedica incansavelmente à pesquisa de soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade mineira e do Brasil. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais rende justa homenagem à Epamig pelos seus 40 anos de fundação”.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Sara Maria Chalfoun de Souza

Boa noite a todos. Cumprimento as autoridades presentes, na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes, proponente desta homenagem, e, também, do Dr. Marcelo Lana Franco, presidente da Epamig.

Prezados colegas da Epamig, senhoras e senhores, tenho a honra de representar, nesta solenidade comemorativa dos 40 anos da Epamig, o grupo de pesquisadores da instituição, motivo pelo qual agradeço aos meus colegas. Iniciando esta mensagem, não poderia deixar de relembrar o momento ocorrido após a fundação da Epamig, da constituição do grupo de pesquisadores, do qual fui a 27ª a ser contratada. Éramos, então, um grupo de jovens pesquisadores encarregados de cumprir a missão proposta para essa instituição: propor e executar o programa estadual de pesquisa, com o objetivo de apresentar soluções para o complexo agrícola de Minas Gerais. Naquela época, parecia-nos que os conhecimentos adquiridos nas universidades, das quais éramos, na maioria, recém-egressos, seriam suficientes para atender as demandas de um extenso e diversificado setor agropecuário como o de Minas Gerais.

No entanto, a nossa verdadeira qualificação foi aquela adquirida no contato com os produtores rurais, que enfrentam os fatores imponderáveis de sua atividade, sejam eles intempéries climáticas, ataques de novas pragas e doenças, volatilidade de preços, barreiras não tarifárias que às vezes desvalorizam ou mesmo desqualificam os seus produtos. Dessa forma, tornou-se bem claro para nós, pesquisadores, que os produtores rurais deveriam ser prioritariamente os principais beneficiários dos resultados de nossas pesquisas. Construimos uma via de mão dupla entre a pesquisa e o setor produtivo, caminho este percorrido sob sol ou chuva pelos produtores, trazendo-nos suas demandas, e pelos pesquisadores, procurando retornar com as soluções. Nossas fazendas experimentais, escritórios e laboratórios abriram-se para os produtores, e, de forma semelhante, suas propriedades abriram-se para nós.

Equipes multidisciplinares foram se estabelecendo para atender aos diversos programas de pesquisa: cafeicultura, fruticultura, bovinocultura, piscicultura, entre outros. Não raras vezes um pesquisador de determinada especialidade era solicitado a contribuir em vários programas de pesquisa, situação que prevalece até hoje, mas à qual os pesquisadores não se furtaram jamais.

Características como tenacidade, persistência, humildade para recomeçar um trabalho, com o objetivo de assegurar a qualidade dos resultados, foram definindo o grupo de pesquisadores, incorporando-se ao seu modo de ser e disseminando-se dos mais antigos para os que chegavam, fator essencial para a conquista da credibilidade e respeito dedicados à Epamig e aos produtores.

Ressalvo, no entanto, que o atual corpo funcional, apesar de altamente qualificado e motivado, encontra-se em número reduzido, tendo em vista a extensão e complexidade do setor agropecuário do Estado, sendo urgente a aquisição de novos talentos, visando sustentar o elevado padrão de serviços prestados até o momento. A captação de recursos junto aos órgãos de fomento governamentais ou privados dependia da elaboração de projetos minuciosos. Dessa forma, inúmeras propostas foram submetidas destacadamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, cuja criação, em 1986, constituiu-se em um marco para o maior desenvolvimento da pesquisa e inovação no Estado; ao CNPq, Finep, Embrapa, entre outros.

Deve-se ressaltar ainda que o alinhamento dos processos de gestão financeira e administrativa da pesquisa agropecuária às suas necessidades é indispensável, tendo em vista que processos biológicos, uma vez deflagrados, podem ter sua mitigação ou mesmo sua solução limitada por trâmites excessivamente burocratizados ou em desarmonia com os eventos nos quais se pretende intervir. Dessa forma, destacamos a relevância das fundações, como a Fundecit, Funarbe e outras, que imprimem essa característica de agilidade requerida pelas peculiaridades da pesquisa agropecuária.



Executados os projetos de pesquisa, após a análise dos resultados, chegávamos ao momento tão esperado de entregá-los aos produtores e vê-los serem validados após a incorporação aos seus processos produtivos.

Mantendo-nos fiéis aos propósitos de oferecer soluções para o complexo agrícola estadual, os resultados de pesquisa foram e permanecem sendo, prioritariamente, disseminados em veículos acessíveis aos produtores, entre os quais destacamos a revista *Informe Agropecuário*, cujas edições alternam temas específicos, a exemplo de um número recente dedicado ao tema “Defesa vegetal e sustentabilidade para o agronegócio”, com números dedicados às diferentes culturas, como fruticultura, café, entre outras. Somam-se os inúmeros boletins e circulares técnicas. Num ambiente acadêmico, nossos pesquisadores divulgam os resultados obtidos em conceituados periódicos e eventos nacionais e internacionais, além de colaborarem na formação de recursos humanos por meio da participação em diversos programas de pós-graduação.

Contemplamos hoje a posição destacada do Estado de Minas Gerais no *ranking* da agropecuária brasileira e a relevância da atividade no Estado como geradora de divisas, de emprego e de sustentabilidade do equilíbrio econômico e social de extensas regiões. Podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que a pesquisa desenvolvida pela Epamig tem sido um fator imprescindível para desenhar esse cenário de sucesso.

Chegamos a afirmar, sem medo de errar, que, se não fosse a competência das instituições de pesquisa, entre elas a Epamig, no enfrentamento de algumas ameaças, importantes culturas, como o café, poderiam não figurar no cenário agrícola de nosso estado.

Nos referimos, a título de exemplo, ao episódio da introdução da ferrugem do cafeeiro, na década de 1970, doença que havia dizimado a cafeicultura em países como o Ceilão (atual Sri Lanka). Naquele país, a partir de 1869, a ferrugem incidiu intensivamente nas lavouras, e a produção de café caiu de 50.000t para zero em 20 anos. Resultado: quebra de produtores e de bancos, e, curiosamente, os ingleses tiveram de modificar a bebida tradicional de café para chá. Dessa forma, o prognóstico sobre a introdução da doença no Brasil era de que os efeitos aqui seriam igualmente catastróficos. O esforço concentrado nas instituições de pesquisa, entre elas a Epamig, permitiu que hoje, 40 anos após a introdução da doença, não só tenhamos estabelecido medidas eficazes para seu controle, mas também considera-se ter ocorrido um salto qualitativo na cultura, pela melhoria geral dos tratamentos culturais dispensados às lavouras, que necessitaram ser adaptadas e modernizadas para a aplicação das medidas de controle da doença.

Hoje Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, sendo responsável por mais da metade da produção do País.

A Epamig prossegue em sua atuação, agindo de forma proativa em relação a ameaças recentes, tais como o problema gerado pelo banimento do produto químico tradicionalmente utilizado para o controle de uma das pragas-chaves para a cafeicultura, a temida broca do café, buscando alternativas para seu controle químico e biológico, assim como em relação à ameaça representada pela introdução do nematoide *Meloidogyne paranaensis*, cujos trabalhos incansáveis de pesquisa têm sido coordenados pela pesquisadora Dra. Sônia Lima Salgado. Gostaria de destacar esse nome, porque ela está conduzindo esses trabalhos na Epamig.

Outro exemplo que gostaríamos de destacar refere-se ao programa de pesquisa de uva e vinho, coordenado por uma equipe de pesquisadores, estabelecido na Fazenda Experimental de Caldas. Pesquisas realizadas desde a seleção de cultivares até a produção de vinhos cuja qualidade é testada na única adega enológica presente na Região Sudeste do Brasil, somadas ao esforço dos empresários do setor, têm permitido a revitalização da vitivinicultura na Região Sul, bem como a abertura de novas fronteiras nas regiões Centro-Oeste e Noroeste do Estado de Minas. Podemos afirmar que muito em breve Minas Gerais estará entre os maiores estados produtores de vinhos finos, graças ao empreendedorismo e à persistência de nossos colegas.

Esses são exemplos pontuais de demandas dos cafeicultores mineiros, em que a pesquisa da Epamig tem atuado prontamente. Igual sucesso tem sido atribuído aos demais programas de pesquisa.

Hoje estamos aqui, portanto, com as mãos cheias de bons resultados e o coração alegre pela consciência tranquila em cumprir com o nosso dever. Conclamamos a todos os parceiros, envolvendo aqueles com os quais atuamos desde a fundação da empresa, até os que ao longo de nossa trajetória foram agregando valor ao nosso trabalho, como as Universidades Federais de Lavras, de Viçosa e de Minas Gerais, a Embrapa, a Emater, o IMA as cooperativas, as associações de produtores, as instituições de fomento, destacadamente a Fapemig, a Assembleia Legislativa, que tomem a si a responsabilidade de proteger e apoiar a Epamig, instituição estratégica para o contínuo progresso do Estado de Minas Gerais. Desejamos uma longa vida à Epamig e nos propomos a prosseguir buscando, cada vez mais, um padrão ouro de atuação, no sentido de tornar os sistemas agropecuário e agroindustrial de Minas Gerais cada vez mais produtivos, competitivos e ambientalmente sustentáveis. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Hudson Teixeira

Boa noite. Cumprimento as autoridades que compõem a Mesa na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes, presidente desta reunião e da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Assembleia; do Sr. André Melo, secretário de Agricultura; e do Dr. Marcelo Lana Franco, presidente da Epamig. Demais autoridades, prezados colegas pesquisadores, demais empregados da Epamig, senhoras e senhores, boa noite.

Inicialmente, agradeço a esta Casa Legislativa pela iniciativa desta importante homenagem, que muito nos é significativa e honrosa.

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, parabéns pelas inúmeras e históricas contribuições ao desenvolvimento do setor agropecuário mineiro e, por que não dizer?, brasileiro. Parabéns pelo trabalho competente, realizado com esmero e responsabilidade pelo seu corpo técnico-científico, pelos administrativos, auxiliares de campo e colaboradores temporários. Parabéns também aos nossos parceiros e apoiadores habituais: agências de fomento, instituições de ensino, cooperativas agrícolas, extensão rural, produtores rurais, representantes do setor público e privado e representantes legislativos. Saibam que seu apoio tem sido fundamental.

Nascida da visão arrojada de alguns, a Epamig cresceu, floresceu, por um período até adoeceu, quase morreu, mas vem se recuperando e, apesar de algumas cicatrizes, continua firme sua profícua caminhada, sempre no cumprimento de sua missão constitucional, que é a de continuar sendo a principal instituição de execução de pesquisa agropecuária de Minas Gerais. Aos 40 anos pode ser comparada a uma senhora balzaquiana: já viu quase tudo, sofreu quase tudo, viveu quase tudo, mas ainda não realizou tudo. Quer mais. E sabe que é capaz de realizar mais.



A Associação de Pesquisadores da Epamig considera esta data comemorativa dos 40 anos como o marco zero de nossa empresa. Será nossa grande oportunidade de começarmos bem. Poderemos corrigir nossa rota, corrigir nossos métodos, mudar as ferramentas, mudar nossos conceitos, quebrar alguns paradigmas. Por que não? Será a oportunidade para tentarmos enxergar para além de onde nossa vista alcança. Nos próximos anos temos de fazer diferente. Como disse Albert Einstein: “Não pretendemos que as coisas mudem se sempre fazemos o mesmo”.

Alegra-me comemorar os 40 anos da Epamig, festejar as conquistas e aproveitar para aprender com as adversidades vividas por meus colegas mais antigos e por mim, e delas tirar mais conhecimento e experiência. Ótimo! Mas me interessa mais tentar vislumbrar o que está por vir. O que acontecerá a esta empresa no próximo ano, nos próximos 4 ou 40 anos? Envelhecerá bem? Terá o amparo necessário? Sobreviverá ao sistema?

E quanto a nós empregados, aplicaremos todo o nosso tempo e inteligência trabalhando, organizando e realizando pesquisa agropecuária ou vamos desperdiçar energia preciosa, buscando fora da empresa uma existência e compensação mais justas e dignas? Muitos conhecem a qualidade do trabalho realizado pelas pessoas que formam o quadro de empregados da Epamig, relevante e comprovada contribuição dessa empresa do Estado de Minas Gerais e do País. Portanto, gostaríamos também de ser mais respeitados.

Queremos ter nosso esforço e comprometimento reconhecidos na justa medida. Não é pedir muito, é?

Como pesquisador nessa empresa, considero-me um dos agentes que influenciarão os rumos dessa caminhada. Sinto-me, em parte, responsável pelas mudanças que hão de vir para melhor ou para pior. E reconheço, humildemente, que sozinho não tenho como realizar tudo. Sei que será preciso que mais e mais pessoas e instituições coloquem seu conhecimento, posição, autoridade, ética e principalmente vontade de fazer a serviço de uma Epamig melhor e de um setor agropecuário mineiro mais eficiente e competitivo em cada um dos próximos dias. Parabéns, família Epamig. Meus agradecimentos.

Palavras do Sr. Alysson Paulinelli

Excelentíssimas autoridades, tenho a honra de cumprimentá-las na pessoa do nosso prezado amigo Antônio Arantes, deputado que dirige esta reunião. A gripe está tão forte que está me segurando. Presidente da Epamig, na sua pessoa, gostaria de cumprimentar todos os administradores, pesquisadores e funcionários que vivem essa empresa nos dias de hoje. Uma palavra de respeito e agradecimento às outras instituições aqui presentes, às nossas universidades, à Embrapa. Na pessoa do coordenador das empresas estaduais de pesquisa presentes, gostaria de dizer que esta comemoração de hoje tem um significado especial na vida da nossa querida Epamig, que completa 40 anos. Estou entendendo que me convidaram para falar porque, às vezes, a idade nos coloca com um repertório de vivência permanente, que tem de trazer alguma novidade quando se é convocado, especialmente para um ato ou uma solenidade como esta.

Vi o PIPAEMG nascer. Ele foi a renascença do Instituto Agrônomo de Minas Gerais, fechado há cinco anos por falta de recursos no Estado. O PIPAEMG foi uma proposta audaciosa que inspirou posteriormente o governo federal a repeti-la na criação da Embrapa, já, então, abonada pela lei que dava a oportunidade da criação das empresas públicas.

Ao criar a Embrapa, teve o governo a preocupação de procurar somar esforços, num intenso programa integrado de pesquisas agropecuárias do País, para a década 1970, não só com a presença da Embrapa, mas especialmente, das instituições estaduais, das nossas universidades. Hoje nos honra muito a presença da nossa querida Universidade Federal de Viçosa, da nossa querida Universidade de Minas Gerais e da nossa querida Universidade Federal de Lavras, aqui representadas, que, indiscutivelmente, foram baluartes no desenho de uma nova etapa da pesquisa brasileira.

Não criamos instituições de pesquisa, simplesmente para ostentá-las. Criamos instituições de pesquisa, para responder a um desafio nacional. O País havia crescido, tinha se desenvolvido e mudado, de Getúlio a Juscelino. Um País que em 1930 tinha apenas 20% de sua população urbana e, em 1960, ao término do governo JK, 50%. Aí, a grande decepção: o gigante verde, o País continental não era capaz de abastecer sua população urbana. Lembro-me bem, 47.500 brasileiros se instalaram no campo, utilizando todo o esforço e conhecimento existente, e não conseguiram atender à própria demanda nacional; 30% dos principais produtos no peso proporcional eram importados. Importávamos quase 100% do trigo que consumíamos. Importávamos 50% do leite que consumíamos, importávamos 30% da carne que consumíamos. Importávamos arroz, feijão, episodicamente, milho. Importávamos quase todo produto que o Brasil era capaz de produzir. Tudo isso era pago pelo trabalho dos brasileiros na chamada cultura do café, produto tropical que o Brasil conseguiu desenvolver não só como grande centro produtor, mas também como grande centro inovador, grande centro divulgador, levando a que os países, especialmente, os de clima temperado, substituíssem o famoso chá da Índia pelo café brasileiro. Passamos a ter recursos. Foram nossos recursos do café que possibilitaram o desenvolvimento, embora incipiente de uma indústria nacional que não possuíamos. Com o desenvolvimento da indústria e o movimento gregário do homem para a cidade muda a vida brasileira.

A Embrapa e a Epamig foram criadas para atender a um desafio. Por que não somos capazes de autoabastecer este país? Já tínhamos ocupado as nossas terras roxas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Ocupávamos as terras médias do Sul de Minas, do Triângulo e de Goiás, mas a produção não era suficiente. Lembrou bem o pesquisador que nos precedeu, ao dizer que essa instituição não foi criada por um capricho, mas sim para ajudar a atender a um desafio nacional.

Quando entrei no governo, a produção de soja no Brasil era de 200.000t, quantidade que hoje qualquer município da área produtora supera. Sabem por quê? É porque a soja que aqui estava era aquela que havia nascido lá na China, no norte da China. E os Estados Unidos, vendo o potencial daquele produto, trouxe-o para o lado americano e ali desenvolveu a genética, os tratamentos culturais, o manejo, conseguindo obter grandes produções. Nós, brasileiros, também fomos lá e trouxemos a mesma semente, mas havia uma pequena diferença. Trata-se de um produto da região temperada do globo, o que exigia 16 horas de sol diárias. Onde existe isso no Brasil? Os gaúchos que aqui estiveram sabem que só no Paralelo 30, aquele que corta Alegrete, faz 16 horas de sol por dia. Somente ali produzimos soja.

Quero apenas, nesse exemplo, mostrar o que foi a missão desafiadora das instituições de pesquisa, nas quais incluo a Embrapa, as instituições estaduais, as nossas universidades e as instituições privadas de pesquisa. Em menos de 10 anos, assustadoramente, o



Brasil anunciava ao mundo que já tinha material genético para produzir soja no Equador, em níveis iguais ou superiores ao da soja americana. Uma missão. Isso não aconteceu só com a soja, porque também abraçamos a ideia de que éramos um país tropical e que não tivemos 4 mil anos de sucessivos conhecimentos que nos dessem oportunidade de produzir para nos autoabastecer e competir no mercado internacional. Outra missão foi quebrada graças à força de coesão e ao esforço integrado das instituições estaduais e federais, das universidades e dos cientistas brasileiros.

Felizmente, é fácil de avaliar. Hoje, não somos apenas os maiores produtores de soja do mundo, mas também os maiores exportadores e competidores na face da Terra.

Ouvi aqui uma proposta, além da de terminar, já que o tempo está esgotado: essas instituições não podem se acomodar. Usar a Embrapa, a Epamig, o Sistema Estadual de Pesquisas é ter na mão um Exocet, e não riscar bombinhas em festa de São João, como estão fazendo com nossas instituições federais.

Esta homenagem da Assembleia Legislativa tem um profundo conceito básico; deve a Casa do povo avaliá-lo. Se quiserem, podemos contar a história das dificuldades de recursos humanos que tivemos para criar a Epamig e a Embrapa e para desenvolver as nossas universidades. Hoje, não, somos um país que já forma 12.500 doutores por ano, mas que, estranhamente, deixa de investir, em uma economia forte criada pelo próprio setor agropecuário, o mínimo necessário a nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Parar agora será um suicídio. A evolução científica não se estanca, faz parte do processo competitivo que o mundo globalizado escolheu para si.

Meus amigos, creio que a minha idade e o caminho que segui dão-me a autoridade de alertar, nos 40 anos de existência da Epamig, sobre a necessidade de mudanças profundas no conceito de investimentos em um país em desenvolvimento. É necessário, sim, salvar vidas, ajudar os pobres, exercer a função social, mas a diferença é única: continuaremos a exercer funções sociais permanentemente, eternamente, ou vamos desenvolver, na ciência e na tecnologia, as soluções de que somos capazes? Muito obrigado.

Palavras de D. Mauro Morelli

Senhoras e senhores, *esto brevis et placebis*: seja breve e vai agradar. Espero poder seguir a recomendação do querido presidente Antônio Carlos Arantes, que me proporcionou esta oportunidade de também somar um pouco a essa energia que está brotando aqui de revitalização da Epamig.

Presidente Marcelo Lana, acredito que a Epamig é muito preciosa para contribuir para Minas Gerais atingir o primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio.

Tive o privilégio de trabalhar no Comitê de Nutrição da ONU, fui promotor de nutrição durante quatro anos e tenho aprendido uma coisa muito importante. O melhor alimento para a nossa saúde tem muitas cores: branco, amarelo, vermelho, verde, preto. Quanto mais diversificada a cor do nosso prato, mais certeza se tem de que se está comendo um alimento saudável e adequado. Quem produz esse alimento diversificado em cores e riqueza é a agricultura familiar.

Este ano estamos celebrando o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Hoje, em Diamantina, estamos com um treinamento para 11 municípios. Chegamos agora a 220 municípios com o programa estruturador, nas escolas estaduais, Cultivar, Nutrir e Educar, implantado. Sem a participação efetiva da Epamig, nós não conseguiremos atingir o objetivo de implementação da Lei Federal nº 11.947, de 2009 que dispõe sobre alimentação escolar, e não merenda. Minas Gerais não constitui um problema para a fome no mundo nem no Brasil. Este estado faz divisa com sete outras unidades da Federação e é de uma riqueza fabulosa em termos da sua sociobiodiversidade. Ninguém pode, mais do que Minas, oferecer um prato saudável e colorido, que faça da nossa gente um povo inteligente, criativo e bem-humorado. Com todos os percalços que aqui foram lembrados, a Epamig já demonstrou, que tem competência. Ela pode e deve contribuir. Como a nossa querida Emater vai prestar o seu serviço junto ao trabalho que nós estamos realizando? Um programa inédito. Não conheço nenhum executivo de outros níveis que tenha um programa similar. São três secretarias de Estado apenas com um programa pensado, planejado, implantado, executado com três gerências, centrado no binômio educação e nutrição. É algo inédito.

Esta Casa precisa garantir outras instituições correspondentes para que a Epamig disponha de recursos necessários para realizar importantes pesquisas direcionadas para a nossa agricultura familiar nessa diversidade dos biomas de Minas Gerais. Minas Gerais pode muito. Só na área da aquicultura e piscicultura está comprovado que nos espelhos d'água da União e do Estado nós poderíamos estar produzindo 200.000t de peixe, e não produzimos. Acho que não passa de 20 mil e o consumo é de 70 mil. Precisamos que as nossas instituições sejam valorizadas, dinamizadas e que tenham recursos necessários para que Minas Gerais possa ser de fato um lugar de gente que se alimenta de forma saudável, inteligente e adequada. Minha presença aqui é para fazer esse apelo a esta Casa. Muito obrigado.

Palavras do Sr. André Luiz Coelho Merlo

Boa noite. Gostaria de cumprimentar de maneira especial o deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento, e representando aqui o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; meu amigo Marcelo Lana Franco, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig; Marcelo de Souza e Silva, representando o Sr. Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte; a Profa. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa, aqui representando todas as universidades que trabalham com o setor agropecuário; o Sr. Florindo Dalberto, presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária; D. Mauro Morelli, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, que nos antecedeu, a quem peço bênção.

Fica difícil falar depois dos senhores, essas feras, como o Dr. Alysson e D. Mauro, que vêm liderando de maneira especial e muito segura e objetiva, defendendo as minorias do nosso Estado e do nosso país, defendendo o acesso de todos aos alimentos e defendendo, de maneira especial, a agricultura familiar.

Cumprimento o Antônio Álvaro Purcino, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo; o Hudson Teixeira, presidente da Associação dos Pesquisadores da Epamig, e o Exmo. Sr. Paulo Luís Rabello, prefeito de Três Pontas. Deixei para cumprimentar por último o eterno ministro Alysson Paulinelli.

Gostaria, senhoras e senhores, de começar meu rápido pronunciamento separando-o em dois momentos. O primeiro é como produtor rural, para quem deveríamos dar um destaque especial. Sei que na Mesa há vários produtores rurais, mas deveríamos ter um destaque especial na Mesa, representando os produtores rurais deste Estado. Falo então como produtor rural que sou, e falo - se me permite, Francisco Simões - em nome da Faemg e em nome da Fetaemg também. Neste momento não interessa o tamanho do produtor rural, estamos aqui falando de quem produz. Gosto muito de eliminar a distância que estão querendo colocar entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial, pois as duas se complementam, as duas são importantes.

Gostaria, como produtor rural, de agradecer realmente à pesquisa neste país, de agradecer a todos vocês, servidores, a todos vocês, pesquisadores, que trabalharam e trabalham para o desenvolvimento deste país. Então, ministro Alysso Paulinelli, o senhor é a nossa maior referência. Iniciou tudo na década de 1970, convencendo o governo militar de que a grande saída era investir na pesquisa. Gostaria então, como produtor rural, de novamente agradecer ao senhor e a todos os pesquisadores e servidores das empresas de pesquisa e também das universidades, porque vocês realmente fizeram a diferença para Minas Gerais e para o Brasil. Nós, como disse o ministro Alysso Paulinelli, que não conhecíamos quase nada na década de 1970, conquistamos o cerrado. Nós, do interior, gostamos de falar que, depois que descobrimos as braquiárias, desenvolvemos a nossa pecuária. E aí vieram as pesquisas na agricultura, e o Brasil passou a produzir um PIB de mais de R\$1.000.000.000,00. Minas Gerais produziu um PIB, em 2013, de R\$142.000.000.000,00, contribuindo com 13% do PIB Agropecuário Nacional. E isso está bem dividido entre pecuária e agricultura. Muita gente acha que é a agricultura que puxa esses valores, mas, não, a pecuária também puxa. Para vocês terem uma ideia, no ano passado nosso PIB cresceu 4,5%, e foi a pecuária, que cresceu 11% em Minas Gerais, em 2013, que sustentou esses 4,5%.

Isso é devido ao conhecimento, à inovação, porque sem a pesquisa não chegaríamos a lugar algum. Como secretário de Estado, eu gostaria de deixar a mensagem de que vejo a pesquisa em três etapas: aquele início difícil; depois uma grande conquista até o final da década de 1980; depois parece que os governos se esqueceram da pesquisa, de repente acharam que já tinham conhecido tudo, e isso é uma grande mentira. Temos que procurar a inovação, o novo conhecimento a todo momento. Passamos um período em que os governos, tanto estaduais quanto federal, não prestaram atenção na pesquisa e quase jogaram uma pá de cal na nossa pesquisa, principalmente na nossa Epamig. Quero fazer justiça ao então governador Aécio Neves, nosso senador hoje, que deu um basta nisso e se preocupou com a pesquisa, reerguendo a Epamig de 2013 para cá. Sabemos que está muito longe do ideal. Não concordo com a história de que as empresas de pesquisa têm que ser autossustentáveis; acho que quem tem que sustentar a pesquisa são os governos, porque sabemos que a cada real investido, há em torno de R\$10,00 a R\$15,00 de retorno. Então por que parar? Não dá para entender. É um retorno sensacional. Só que, como ele não é palpável num primeiro momento, e a prioridade é segurança pública, saúde e educação, ficamos esquecidos. Mas não podemos deixar de brigar.

Como secretário, estou conversando com o Marcelo Lana, com o presidente e o deputado Antônio Carlos Arantes. Modificaremos isso, e modificaremos logo. Temos que focar novamente nas pesquisas. Não podemos ter uma empresa que não consegue fazer o seu custeio, com as fazendas quase abandonadas. Desculpem-me, é um dia de festa de 40 anos, e nada do que estou falando encobrirá a beleza da Epamig e seus 40 anos, mas temos que viver a realidade. Sou muito prático. Acho que também temos que falar a verdade neste momento e exigir das autoridades - e me incluo nelas. Trabalharemos para, se necessário, refundar a Epamig, e não só revitalizá-la.

Vejo aqui o ex-secretário Elmiro, que trabalhou tanto, nosso próximo senador. E não será por poucos meses, mas por quatro anos e tanto. E quero o apoio de todos vocês pensantes dessa área. Vamos pensar.

Outro dia falei numa reunião uma coisa até agressiva, que talvez pudesse agredir as outras empresas vinculadas nossas, como a Emater, o IMA e a Ruralminas, que são as outras três - a Epamig é a quarta. Se tivéssemos que escolher uma para sobreviver, tinha que ser a Epamig, porque sem o que levar ao homem do campo, não precisavam existir as outras. Para que infraestrutura? Para que defesa sanitária? Para que extensão rural, se não temos novidades e nada desenvolvido ou a desenvolver? É isso que sinto realmente. Então todas as três têm que ter muito carinho com a Epamig, Marcelo. Esse é meu pensamento.

Gostaria de parabenizar todos vocês que construíram os 40 anos da Epamig e dizer que o trabalho de vocês foi, é e sempre será fundamental para o desenvolvimento da nossa agropecuária principalmente. Muito obrigado a todos vocês.

Palavras do Sr. Marcelo Lana Franco

Muito boa noite a todos e a todas. Inicialmente, cumprindo o protocolo, queria cumprimentar o nobre deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente da Casa, o deputado Dinis Pinheiro; o deputado Bosco, também companheiro da Comissão de Política Agropecuária; o André Merlo, nosso secretário de Estado, amigo e parceiro. Nesta oportunidade, quero estender os cumprimentos também ao Elmiro. É um prazer tê-lo novamente. Faço das palavras do André as nossas palavras. Nós também estamos torcendo muito para que você nos represente no Senado, em breve.

Com grata surpresa, quero cumprimentar o Sr. Gabriel, pai do Lúcio e do nosso Robério, grande amigo lá de Londres, presidente e diretor-geral da Organização Internacional do Café - ORC -, pois o estou vendo daqui; o Marcelo de Souza e Silva, representando o prefeito Márcio Lacerda. Marcelo, como você já é um amigo e parceiro da casa, quero aproveitar para fazer um agradecimento público, pois talvez as pessoas da sede ainda não saibam que aquela reforma que está acontecendo naquela passarela, na pista de caminhada em frente à Epamig, foi um pedido nosso, que você levou ao prefeito. Não sei se perceberam que está sendo feita uma mão-dupla na pista de caminhada. Quando formos almoçar lá na Cepa, teremos ida e vinda. Obrigado pelo apoio do prefeito.

Queria cumprimentar o nosso presidente timoneiro em nível nacional, Florindo Dalberto, e sua senhora. Parceiro de estrada - não é, Florindo? -, tenho a honra de ser vice-presidente do Florindo no Conselho Nacional das empresas de pesquisa. Junto com os pares, com os nossos companheiros que hoje estão nos brindando com sua presença, está aqui o Hesman, que veio de Santa Catarina, da Epagri, e sua senhora, a Glorinha; o Orlando Melo, presidente da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta; o José Geraldo, 2º-vice-presidente do Consepa e presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - Emparn; o Danilo dos Santos, presidente da Fepagro, a nossa instituição estadual do Rio Grande do Sul; o Maxwuel, presidente do Incaper, lá do Espírito Santo. Estamos prestigiados, porque o Brasil veio nos prestigiar.



Acho que a maior das missões que instituímos e pensamos realizar quando o deputado Arantes disse que gostaria de homenagear a Epamig - e aproveitamos para antecipar uma festa para amanhã, evento para o qual convido todos aqui - foi justamente trazer as maiores figuras do Brasil, para que pensássemos juntos a estrutura da Epamig, a estrutura e a importância de uma empresa de pesquisa agropecuária. Aproveito para convidar todos a comparecer ao nosso evento na Epamig amanhã, pois antecipamos a nossa festa. Por tudo que o Paulinelli é, fizemos questão que ele viesse dar essa palestra magna. Todos nós o conhecemos em nível nacional, pois é a maior referência da agricultura no País. Aliás, sempre foi e *ad aeternum* será. Paulinelli, quero aproveitar e agradecer a sua palestra, a sua importância e o seu reconhecimento para todo o sistema, mas, muito especialmente, para Epamig, pois isso nos conforta e só nos anima ainda mais. Vamos, cada vez mais, revigorar a Epamig com seus ensinamentos.

Quero aproveitar para cumprimentar um grande amigo, o Dr. Eduardo Lobato, desembargador, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que está aqui nos prestigiando; a Dra. Sara Chalfoun, que fez uma brilhante exposição para nós; o Zé Emílio, o Fábio João Pinheiro e o Enrique Natalino, assessores diretos do governador Alberto Pinto Coelho. Muito obrigado pela presença e pelo apoio de sempre. Como teremos uma homenagem extensa, não vou citar todos, é claro, mas, em especial, o advogado-geral do Estado, que está sempre presente, cuidando das nossas causas em nível estadual. Muito obrigado também, Roney. Destaco também a nossa referência, uma referência que nos aproxima talvez de Deus, o nosso querido D. Mauro Morelli, um parceiro de toda hora. Tivemos o orgulho de inaugurar recentemente um programa de agroecologia aqui em Minas Gerais de grande sucesso, tenho certeza, porque ele foi muito bem elaborado com as instituições. A Epamig e os membros do Consea participaram ativamente. Sob a sua liderança, D. Mauro, vamos chegar lá e estaremos de pé e às ordens.

Finalmente, queria cumprimentar o Hudson, nosso presidente da Aspe, representando todos os pesquisadores da Casa.

Aproveito para cumprimentar a Elisete, da Asep, o Gilberto, do Sintab, todas as instituições ligadas aos funcionários. Na Epamig não temos dúvida nenhuma de que o pesquisador é fundamental, estratégico, mas ele não funciona sozinho, os seus 170 pesquisadores precisam de uma grande engrenagem, o apoio, a área administrativa, que está aqui em grande número. A vocês da área administrativa, da área de apoio à pesquisa, aos pesquisadores, a todo o corpo diretivo, ao Plínio, ao Flávio Maroni, a todos que compõem esta casa que hoje comemora os seus 40 anos, o nosso muito obrigado pelo apoio que têm nos dado e os nossos parabéns por fazerem parte de um sistema tão importante que realmente muda a agricultura mineira.

Quero cumprimentar o Mauro Rabelo, prefeito de Três Pontas, e os demais prefeitos - vários deles foram homenageados -, assim como todos os prestigiados; a Nilda, nossa reitora e amiga da Universidade Federal de Viçosa; o Nazareno, da UFA; a pró-reitora da UFMG; o Antônio Álvaro, nosso amigo e gerente-geral da Embrapa Milho e Sorgo; e o querido Gabriel Bartolo, nosso amigo da Embrapa Café, de Brasília, presidente do nosso consórcio do café e que também foi presidente da casa.

Senhoras e senhores, ao completar 40 anos de existência, não podemos deixar de destacar a relevância da pesquisa agropecuária desenvolvida pela Epamig, analisando as diferenças entre o País e o Estado de 40 anos atrás e o de hoje. Naquela época, era recorrente a falta de alimentos e percebia-se que o principal gargalo da agropecuária era a falta de tecnologias. Para enfrentar essa situação foi determinado pelo então governador Rondon Pacheco o estabelecimento em Minas Gerais de uma base de conhecimentos capaz de imprimir competitividade à agricultura mineira.

A primeira iniciativa, em 1971, foi a criação de um Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais - Pipaemg -, precursor da Epamig, cuja finalidade foi promover a integração de esforços para atender as necessidades prioritárias do setor agrícola de Minas Gerais. O Pipaemg cresceu e tornou-se uma realidade em todas as regiões do Estado. No entanto, necessitava ser dotado de uma base institucional para cumprir sua própria finalidade, que era a de organizar a pesquisa agropecuária de Minas Gerais.

Diante disso, o governo do Estado criou em 1974 uma nova instituição de pesquisa, a nossa querida Epamig, com a certeza e com a nobre missão de ser o órgão promotor do desenvolvimento da agropecuária no Estado. Se antes o País importava mais alimentos do que exportava, graças ao empreendedorismo do produtor brasileiro e ao trabalho da pesquisa, hoje essa situação mudou.

O trabalho da pesquisa agropecuária tornou possível o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições de clima e solo do Estado, e a geração de tecnologias e informações tecnológicas propiciou aumento de produtividade em segmentos e atividades tradicionais e ainda novas inclusões no processo produtivo. O cerrado comprova essa verdade, antes improdutivo, mas hoje responsável por grandes safras.

Com a atividade agrícola fundamentada em novos estudos e tecnologias, os ganhos de produtividade e a sustentabilidade são inquestionáveis. Entretanto, tudo isso não é um trabalho solitário. O grande desafio era o de, em parceria com outras instituições, promover o desenvolvimento e a modernização da agricultura mineira.

A ação principal da Epamig materializa-se nas pesquisas voltadas para atividades e produtos estratégicos de abrangência estadual, os quais constituem as bases programáticas de planos, projetos e áreas de atuação de relevância e potencialidades. Daí a necessidade de a Epamig e seus parceiros se prepararem para enfrentar o futuro, com suas mudanças de paradigmas que certamente virão em tempos cada vez mais curtos. Essa estratégia tem vínculo com a construção de cenários, com a percepção de tendências e de como enfrentar desafios. Por exemplo, a abundância na produção agrícola pode significar também a abundância em novas pragas e doenças. Aí está um novo desafio.

Mudanças climáticas também irão impor desafios complexos e exigir novos métodos de pesquisa, novas estratégias de produção, daí a necessidade do desenvolvimento de tecnologias para superar essas mudanças no clima.

Outro grande desafio é transformar a pesquisa num movimento conjunto da sociedade, que sempre tem expressado contribuições legítimas para a própria pesquisa, e isso tem sido um esforço contínuo. Nessa vertente, além de transitar por mercados altamente dinâmicos e competitivos, a pesquisa agropecuária também está ciente de sua responsabilidade para com os milhões de pequenos produtores que precisam de conhecimento e tecnologia para alcançar o mercado, aumentando sua renda e bem-estar, meu caro D. Mauro Morelli. A participação da agricultura familiar vem sendo cada vez mais percebida como exercício de cidadania e de democracia social, instrumento particularmente importante na busca do desenvolvimento rural sustentável.



Sistemas integrados de produção agropecuária, mais do que tendência, estão se tornando necessidade. A terra precisa ser aproveitada de forma mais eficiente sob a ótica econômica, além de proporcionar mais benefícios para o meio ambiente. Nesse sentido, os sistemas agrossilvipastoris têm grande potencial.

Portanto, desenvolver tecnologias demandadas pelo setor agrícola é o grande desafio da pesquisa agropecuária. A incorporação de avanços tecnológicos capazes de provocar um maior dinamismo econômico do agronegócio, percebido pelo aumento da produção e da produtividade agrícola e pela geração de renda e postos de trabalho, além de garantir a segurança alimentar da população, em termos de quantidade, qualidade e inocuidade, e de preservar os recursos naturais, representa de fato o resultado positivo dos investimentos em PD&I na Epamig.

A Epamig, atenta à realidade do Estado, vem contribuindo efetivamente para o seu desenvolvimento, sendo a principal instituição de pesquisa agropecuária de Minas Gerais e ocupa posição de destaque no cenário nacional. Desde a sua criação, atua em cooperação com outros organismos públicos ou privados, como instituições de pesquisa, empresas de assistência técnica e extensão rural - aqui quero fazer uma menção especial à Emater, a qual tive a honra de presidir. Estou vendo aqui vários amigos, aos quais agradeço pela presença - universidades, fundações, cooperativas, sindicatos e associações. O fortalecimento, Sr. Secretário André Merlo, dessas redes vem proporcionando um alcance maior e mais eficiente dos resultados da pesquisa.

A presença da sociedade valoriza a pesquisa, e dessa forma seus benefícios, naturalmente, se traduzem muito mais perceptíveis. A demanda por alimentos para os próximos anos continuará crescente e exigente, não só em qualidade e em segurança alimentar, mas também no que diz respeito às formas de produção. A abordagem ambiental não mais sairá de cena. Oportunidade para a pesquisa, oportunidade para Minas, já que agronegócio é o negócio de Minas.

Ao longo desses 40 anos, desenvolveram-se importantes projetos que contribuíram para expressivos avanços do agronegócio em Minas Gerais. Neste momento gostaria de destacar alguns desses resultados de pesquisa. Não vou cansá-los, porque a Sara e o Hudson já o fizeram, mas vou relatar uma passagem: Café - desde a década de 1970, a Epamig e seus parceiros desenvolveram 14 cultivares de café, e outras sete estão à espera de registro do governo federal. Essas cultivares são resistentes às principais doenças e pragas, produzem mais em espaço menor e se desenvolvem bem em regiões montanhosas ou secas. Para se ter uma ideia, hoje no cerrado existem 5 mil produtores de café de altíssima qualidade. Leite - Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil. Cerca de 5,6 milhões de vacas ordenhadas produzem 8,7 bilhões de litros de leite, ocupando a 4ª posição em produtividade. A Epamig cruzou o gado holandês com o zebu e desenvolveu o gado F1, capaz de produzir em média 3.500l de leite e ainda servir como gado de corte. Além disso, hoje a Epamig detém o melhor zebu leiteiro de pasto do País.

Soja - Nos últimos anos, ministro Paulinelli, foram desenvolvidos cerca de 40 novas cultivares indicadas para Minas Gerais e estados vizinhos. A cultivar Conquista, lançada em 1995 e plantada até hoje, já ocupou em apenas uma safra mais de 3.000.000ha, um recorde mundial. A primeira cultivar brasileira resistente ao nematoide de cisto da soja foi desenvolvida em apenas três anos após a detecção da ocorrência dessa praga no Brasil. As pesquisas voltadas para a utilização da soja na alimentação humana levaram a uma cultivar com sabor mais agradável. Isso tornou a soja um destaque na economia mineira.

Olivicultura - A Epamig é a pioneira no Brasil na realização de pesquisas sobre a oliveira. Hoje a oliveira é cultivada em 1.360ha de 71 municípios da Serra da Mantiqueira. Já foram registradas 30 novas cultivares de oliveira. Recentemente, em parceria com produtores, a Epamig produziu o primeiro azeite de oliva extravirgem do Brasil - daqui a pouco poderemos prová-lo no coquetel -, fato que proporcionou à cidade de Maria da Fé destaque na imprensa nacional. Aproveito para cumprimentar o prefeito, que chegou agora.

Banana - A banana é a principal fruta no comércio internacional e a mais popular do mundo. Hoje, enquanto a produtividade nacional está em torno de 14t por hectare, a média da região Norte de Minas é quase o dobro - 23t por hectare. Há, entretanto, produtores que alcançam até 50t por hectare. Isso tudo graças a tecnologias desenvolvidas pela Epamig e parceiros. O Norte de Minas já é o 3º maior polo de banana do País.

Adequação socioeconômica e ambiental de propriedades rurais no Estado de Minas Gerais - Atualmente o agricultor, além de produzir alimentos com eficácia econômica e responsabilidade social, precisa cuidar dos recursos naturais. Nesse sentido, a Epamig desenvolveu um conjunto de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas - ISA -, cujo principal objetivo é auxiliar esses produtores a se organizar, independentemente das diferenças setoriais da agropecuária.

Poderíamos ficar aqui descrevendo mais de centenas de resultados relevantes da pesquisa, oriundos de muito trabalho dos senhores e das senhoras, pesquisadores, e com todo apoio dos nossos funcionários, entretanto o tempo hoje não nos permite. No entanto, não podemos deixar de mencionar trabalhos como as hortaliças não convencionais, plantas que, em algum momento, foram largamente consumidas pela população e passaram a ter expressão econômica e social reduzida, perdendo espaço e mercado para outras culturas. O resgate e a valorização dessas hortaliças na alimentação, D. Mauro Morelli, representam ganhos importantes do ponto de vista cultural, econômico, social e nutricional.

Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta merecem destaque, pois são as tecnologias utilizadas na recuperação de áreas degradadas e que buscam o incremento na produtividade e na qualidade do pasto. É considerada uma das tecnologias-chaves, pelos seus benefícios econômicos e principalmente ambientais.

Atividades relacionadas a serviços ambientais, tais como os sequestros de carbono, a conservação de água e solo e a biodiversidade, são beneficiárias dos sistemas agrossilvipastoris implantados nas propriedades rurais.

O desenvolvimento da piscicultura tem grande importância para a economia e a sociedade, pelo fato de ser grande gerador de divisas e emprego.

A crescente demanda por peixes tem motivado a busca de caminhos para a intensificação da produção. Aqui se destacam as pesquisas da Epamig com o sistema de produção em tanques-rede, tanto no aspecto ambiental quanto no econômico, pois proporciona alta produtividade.



E o queijo de minas artesanal? O mais antigo e tradicional queijo brasileiro. Minas é o maior produtor de queijos artesanais, reconhecidos pela importância cultural, histórica, social e econômica.

Caminhando para o final, meus amigos, não posso deixar de mencionar ainda o reconhecimento da Epamig por parte de todas as organizações estaduais de pesquisa do Brasil e lembrar que, em rede, formamos um grande ativo de pesquisa, se estendendo por todo o País, liderado pelo nosso Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Consepa.

As organizações estaduais se concentram no foco local, nas especificidades de cada estado, mais propriamente na agricultura familiar. Isso torna o resultado de nosso trabalho ainda mais efetivo. E por isso, caros colegas de Oepas, nos honramos com a parceria e nos colocamos sempre à inteira disposição.

Finalizando, senhoras e senhores, desenvolver tecnologias demandadas pelo setor agrícola é o grande desafio da pesquisa agropecuária. Incorporar avanços tecnológicos capazes de provocar um maior dinamismo econômico no agronegócio, percebido pelo aumento da produção e da produtividade agrícola e pela geração de renda e postos de trabalho, além de garantir a segurança alimentar da população - em termos de quantidade, qualidade e inocuidade - e de preservar os recursos naturais, representa, de fato, o resultado positivo dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O locutor - Com a palavra, o deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Cumprimento os Exmos. Srs. Marcelo Lana Franco, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, meu grande amigo; André Luiz Coelho Merlo, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - desejamos muita sorte a esse novo secretário e que ele cuide muito bem da nossa agricultura em Minas; Marcelo de Souza Silva, nosso amigo, representando nosso prefeito Márcio Lacerda; Alysson Paulinelli, presidente da Associação Brasileira de Produtores de Milho - Abramilho -, ele é uma grande referência da agricultura brasileira nacional; Florindo Dalberto, presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais e Pesquisas Agropecuárias; D. Mauro Morelli, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea -, fiz questão que ele falasse aqui, pois num evento tão importante como esse não poderíamos deixar de receber sua bênção, sua fala nos anima e nos engrandece muito; Antônio Álvaro Purcino, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo, da unidade de Sete Lagoas - temos grande orgulho do seu trabalho e da nossa querida Embrapa; Hudson Teixeira, presidente dos pesquisadores da Epamig; Paulo Luís Rabello, prefeito da cidade de Três Pontas; deputados Bosco, meu amigo; e Elmiro Nascimento, grande parceiro e amigo também - tenho certeza de que V. Exa. terá muito êxito pela frente, porque é merecedor e é uma grande referência; Toninho Gama, que está chegando para o Estado, para trabalhar na nossa cafeicultura, na nossa agricultura mineira; Vilson, da Fetaemg. Cumprimento a reitora da Universidade Federal de Viçosa, Profa. Nilda de Fátima Soares.

Gostaria de cumprimentar também nossa Emater, que está aqui presente; a Faemg, na pessoa do Francisco, representando o Dr. Roberto Simões; as universidades; todas as lideranças aqui presentes; todos os servidores da Epamig; e todas as autoridades aqui presentes. É uma satisfação muito grande homenagear a nossa querida Epamig, na pessoa do nosso presidente Marcelo Lana Franco. Temos grandes parcerias. É uma honra também representar nosso grande presidente Dinis Pinheiro. Cumprimento todos os homenageados desta noite - não só os da Epamig -, e também o coral, que abrilhanta, de forma muito especial, este evento.

Cumprimento essa pessoa que também tem um carinho especial pela nossa Epamig e também deixa o seu abraço, o deputado federal e ex-secretário de Obras Carlos Melles - fez carreira na Epamig -, que não conseguiu chegar a tempo. Falar de Carlos Melles é algo importante para mim porque tenho um carinho especial pela Epamig, e tudo isso começou com uma conversa minha com o Carlos Melles, que era o gerente regional de São Sebastião do Paraíso. Foi ali que passei a ter carinho e admiração pela Epamig.

Nós, que trabalhamos bastante, chegamos em casa e queremos ficar com a família, mas também não queremos deixar de nos atualizar com as notícias. Ligo a televisão para ver o jornal e só vejo notícias ruins sobre assassinatos; drogas; guerra; sequestro na Nigéria, uma coisa absurda; refinarias; Petrobras. Uma coisa triste. Deputado e futuro senador Elmiro, gosto mesmo é de assistir ao canal rural, à TV Terra Viva, porque ali só tem notícia boa. Vemos aqueles eventos importantes, aquelas palestras bonitas, e aquele produtor animado falando de produtividade e qualidade. É um outro Brasil, o Brasil de que temos orgulho. O canal rural não retrata este Brasil de hoje, que temos tristeza de ver nos noticiários. O Brasil de que temos orgulho é o Brasil feito por vocês e por nós que acreditamos na terra e no cidadão. Se levamos a essas pessoas uma informação ou o resultado de uma pesquisa, elas o colocam em prática. Elas podem até, amanhã, não ganhar dinheiro com isso devido à falta de uma política que os proteja, mas a pesquisa tem feito a sua parte. Após um dia cansativo, é uma terapia ver animais, como os que vi na Expozebu, e ver aquelas máquinas de alta produtividade, bem como o aumento da produção de soja. É bom ver que a produção de soja chegou a 3.500kg ou a 4.000kg por hectare, com mil duzentas e tantas sacas por hectare. Isso é pesquisa, e a Epamig se faz presente.

A Epamig está presente em todas as casas urbanas e em todas as propriedades rurais. Sou um pequeno produtor apaixonado pelo campo. No domingo passado, passei o dia cuidando da minha esposa porque era Dia das Mães, e fui para a minha propriedade e fiquei andando no meio das lavouras de café. Lá encontramos o catuaí 62, Nazareno, bem como o 44 e o rubi. De onde eles vieram? Vieram da Epamig, da pesquisa. Produtividade acima da média. O Brasil mostrou que é possível triplicar a produtividade de 8 para 24, 25 sacas por hectare, em menos de 20 anos. Isso é pesquisa da Epamig feita também na nossa São Sebastião do Paraíso, com o Nero, com o Juraci e com tantos outros pesquisadores, como na época do Carlos Melles. Aliás, fui para Três Pontas e fiquei numa felicidade danada ao andar no meio daquelas lavouras. A produtividade é fantástica. Também é muito bonito ver o Tônico, de Ibiraci, com aquela animação toda. Mas isso não é só bonito porque também traz desenvolvimento, renda e faz a diferença. Essa é a Epamig.

Terminei o meu primeiro mandato de prefeito em 1992, e fomos trabalhar na Cooparaíso e lançamos um programa de diversificação de culturas.

O Walter está aqui, não é? Andamos muito, não foi, Walter? Andamos bastante nas propriedades; fui para o Rio Grande do Sul, com o Joaquim da Epamig, que hoje está na região de Pouso Alegre; trouxemos mudas, tecnologia do Sul; e hoje o projeto de fruticultura na nossa região é sustentável e gera mais de 800 empregos. E começou ali a Epamig; e a Universidade de Lavras foi da mesma forma.



Falar da Epamig é falar de esperança. O aquecimento global é uma realidade, assim como a mudança do clima e o aumento da população no mundo: de 7 bilhões para 9 bilhões em menos de 50 anos. E como vamos alimentar esse povo? Com produtividade, pesquisa, novas variedades que se adaptam ao aquecimento e à falta de água. A Epamig é isto: esperança de um mundo melhor para todos nós.

Então, homenagear a Epamig é bonito, importante, mas temos que fazer algo também na prática - e temos feito. Como deputado, ajudamos na hora de buscar respostas para as reivindicações salariais; estamos apresentando uma emenda ao Orçamento do Estado, do qual 1% vai para a pesquisa em geral: saúde, educação, agricultura, etc. Por meio do nosso projeto, que agora é uma emenda e depois será uma proposta de emenda à Constituição, estamos reivindicando que, desse 1%, 40% sejam destinados às universidades estaduais e, desses 40%, 50% sejam carimbados para a Epamig, a fim de que ela saiba, desde o início, que valor terá para gastar naquele período. Esse é um avanço, e tenho certeza, deputado Bosco, grande parceiro em todos os projetos para o bem do Estado, de que vamos aprová-lo, pois isso é desenvolvimento, pesquisa, garantia.

Então, para encerrar, a Epamig é esperança de dias melhores, de mais alimentos, de renda e de desenvolvimento para nosso estado. Contem sempre conosco. Que Deus proteja nossos pesquisadores e lhes dê sabedoria e paciência para conseguirmos ser, cada dia mais, referência para nosso Brasil. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir mais uma apresentação do Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães, que apresentará as músicas *Carinhoso*, de Pixinguinha, com arranjo de Lou Petrus, e *The Long and Winding Road*, de Lennon e McCartney, com arranjo de Eduardo Fonseca.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Marcelo Lana Franco - Meus amigos, vou quebrar o protocolo para fazer um convite para amanhã. Antes quero agradecer ao coral. Muito obrigado e parabéns! Vamos convidá-los, se o deputado nos emprestar o coral, para as nossas solenidades na Epamig. Fazemos questão disso. Aproveito, em tempo, todos vão me perdoar, para cumprimentar minha esposa, Adriana, pois me esqueci.

Convido todos para amanhã, quando teremos um dia interessantíssimo na Epamig, com o lançamento do novo sistema de gestão de pesquisas. É um sistema inédito em Oepas no Brasil. Gostaria que todos estivessem presentes amanhã, pois será uma grande festa também. Vamos, também, homenagear os funcionários de 10, 20, 30, 40 anos de carreira. Será amanhã, a partir das 9 horas. Obrigado.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 16, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2014

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Anselmo José Domingos - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Alexandre Puliti - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Anselmo José Domingos - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Célio Moreira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o centenário da chegada do escotismo ao Estado.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alexandre Puliti, diretor regional do Distrito Escoteiro Metropolitano; e vereador Milton Martins, da Câmara Municipal de Sete Lagoas; a Exma. Sra. Maria José de Souza, akelá de alcateia do Grupo Escoteiro Alferes Tiradentes, representando o deputado Celinho do Sinttrocel, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o Exmo. Sr. André Luiz Gomes, representando a Diretoria Regional dos Escoteiros do Estado; a escoteira Joyce Fabíola da Cunha; e o Exmo. Sr. deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. José Renato Barbosa Lopes, gerente de Licenciamento Urbanístico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e Felipe Ribeiro Silva, presidente do Conselho Estadual da Juventude de Minas Gerais.

Registramos também o recebimento de mensagem que nos foi enviada pela Exma. Sra. Andrea Abritta, defensora pública-geral do Estado, através da qual ela agradece o convite para participar desta reunião especial e parabeniza os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Dalmo Ribeiro Silva pela homenagem que os deputados propuseram ao centenário da chegada do escotismo ao Estado.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo conjunto de lobinhos do 107MG.

- Procede-se à interpretação do Hino Nacional.



Palavras do Deputado Anselmo José Domingos

Boa noite a todos. Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, recordo-me de que estive aqui há alguns anos quando V. Exa. também propôs uma homenagem ao escotismo pelos seus 100 anos. Também participei daquela belíssima homenagem. Exmos Srs. Alexandre Puliti, diretor regional do Distrito Escoteiro Metropolitano; Milton Martins, vereador de Sete Lagoas - tive conhecimento de que o senhor prestou também uma belíssima homenagem em sua cidade aos escoteiros; Exma Sra. Maria José de Souza, akelá de alcateia do Grupo Escoteiro Alferes Tiradentes, representado o deputado Celinho do Sinttrocel, que também é autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. André Luiz Gomes, representando a diretora regional dos escoteiros de Minas Gerais; escoteira Joyce Fabíola da Cunha; senhoras; senhores; jovens; todos os presentes.

A data de hoje marca um momento muito especial: são 100 anos da chegada do escotismo a Minas Gerais. Há 100 anos os mineiros são exemplo na prática do escotismo.

O escotismo tem como principal bandeira o desenvolvimento do jovem, baseado na promessa e na lei escoteira. Dessa forma o jovem assume seu próprio crescimento ao tornar-se exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. O escotismo é defensor dos animais e é uma entidade de voluntários sem fins lucrativos.

Ressalto os objetivos do escotismo, pois acredito na juventude brasileira, que possui a capacidade de transformar o nosso mundo. Ela tem sonhos e uma grande força para transformá-lo em realidade. Por isso, acreditar nos jovens é a forma de melhorar o ambiente em que vivemos. E o escotismo tem feito isso de maneira especial.

Escoteiros e escoteiras, lobinhos e lobinhas, pioneiros e pioneiras e chefes, destaco o trabalho de todos vocês entre tantos amigos que poderia citar por intermédio do chefe Paulo Henrique, que é totalmente apaixonado por essa causa e que tantas vezes se reuniu comigo aqui nesta Casa e na Câmara Municipal, quando eu era vereador, para tratar de interesses da comunidade. Ele é escoteiro há 26 anos. Imaginem. É um longo tempo se dedicando a formar e a desenvolver jovens em Minas Gerais. Ele cresceu e se tornou adulto nos fundamentos do escotismo. Essa é a sua vocação. Digo isso do Paulo como digo de todos os chefes presentes. Atualmente, o Paulo Henrique faz parte do 107 Grupo Escoteiro Coronel Vicente Torres Junior, que conta com 230 associados, a maioria da região do Barreiro, onde também moro. Visitei recentemente o grupo, acompanhado pelo vereador Juliano Lopes, aqui representado pelo Eduardo Português, seu assessor. Muito obrigado pela presença. Leve um abraço ao vereador Juliano. Vi de perto o belo trabalho que ali é realizado. Muitos jovens e crianças estão empenhados em participar do trabalho voluntário e em tornar-se adultos de destaque. Parabéns, Paulo e todos os chefes, pelo belíssimo trabalho. Sei que aqui contamos com a presença maciça do Grupo 107, da nossa querida região do Barreiro.

Sou escoteiro honorário, nomeado pelo Grupo de Escoteiros do Ar Padre Eustáquio, aqui de Belo Horizonte, que, além das atividades originárias do escotismo, desenvolve as atividades orientadas para a aviação e o ambiente aeronáutico, aeromodelismo, entre outros. Na solenidade de posse como escoteiro, li o depoimento de um pai ao chegar a uma reunião escoteira: "Vi adolescentes trabalhando em equipe; vi laços de respeito e amizade entre todos os que estavam presentes; vi crianças prontas para ajudar; vi correria e alegria em todo canto". Esse depoimento me marcou muito, e vejo isso todas as vezes que visito um acampamento, uma reunião de vocês, como aquela que aconteceu no ELO.

Em Minas Gerais, o escotismo tem destaque. São mais de 100 grupos no Estado, sendo 18 em Belo Horizonte. São mais de 6 mil associados. O primeiro grupo foi instalado na cidade de Rio Novo, em 23/12/1914. Na época, era chamado de Grêmio dos Bandeirantes Mineiros, unidade escoteira sob direção do Ten. Alípio Dias.

Um escoteiro de destaque foi Caio Vianna Martins, que, mesmo após um acidente de trem na Serra da Mantiqueira tê-lo atingido, na década de 1930, ainda prestou socorro às demais vítimas, sempre se espelhando na frase: "O escoteiro caminha com suas próprias pernas". Há pouco recebi em meu gabinete o comendador Marco Antônio, que me lembrou de uma pessoa que estava nesse acidente.

Também foi escoteiro em Minas Gerais nosso querido ex-presidente da República e ex-governador Itamar Franco. Recentemente, no dia 23 abril, comemoramos o Dia Mundial do Escoteiro. Realmente, foi um momento para celebrar, afinal são 40 milhões de pessoas no mundo lutando por dias melhores. Temos muitos exemplos disso. A Organização Mundial do Movimento Escoteiro - OMME - busca exemplos e boas práticas de escotismo pelo mundo. Os escoteiros do Brasil se destacaram na avaliação e receberam certificação internacional, o que mostra a qualidade do escotismo exercido no nosso país.

Outro destaque atual estava em uma reportagem que li recentemente, por isso a menciono aqui: dois escoteiros percorreram 1.000km de bicicleta para cruzar o Estado da Paraíba, - um estado muito carente do nosso país - de Oeste a Leste, do sertão à Zona da Mata, com o objetivo de levar mensagens de prevenção do câncer para crianças, adolescentes e jovens que encontravam pelo caminho. São dois exemplos de homens apaixonados pelo escotismo, que fazem de tudo para melhorar a vida de muitos. Está aí o sentido de ser escoteiro, está aí a razão pela qual acordamos e vamos à luta todos os dias.

Por tudo isso a emoção por ser parte nesta noite desta mais digna homenagem, juntamente com os colegas deputados Dalmo Ribeiro e Celinho do Sinttrocel. O amigo José Renato me mandou esta frase hoje: "Sempre alerta para servir". Estamos juntos pelo escotismo. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará entrega ao Sr. Alexandre Puliti, diretor regional do Distrito Escoteiro Metropolitano, de placa alusiva a esta mensagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Em 1914, chegava a Minas Gerais o escotismo, movimento educacional cuja missão era contribuir com a educação do jovem em todas as suas potencialidades. Fiel a esse propósito, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra e o trabalho em equipe, o movimento escoteiro tem-se dedicado de maneira profícua, durante todos esses anos, à formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o valor do escotismo e presta a ele honrosa homenagem pelos seus 100 anos de atuação em nosso estado."

O presidente - Gostaria de convidar a representante do deputado Celinho do Sinttrocel, que está aqui conosco, e o deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a esta reunião especial para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Alexandre Puliti

Boa noite a todos. Cumprimento os Exmos. Srs. deputado Dalmo Ribeiro Silva, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Milton Martins, vereador de Sete Lagoas; Maria José de Souza, representante do deputado Celinho do Sinttrocel, akelá de alcateia do Grupo Escoteiro Alferes Tiradentes; André Luiz Gomes, representante da Diretoria Regional dos Escoteiros de Minas Gerais; e a escoteira Joyce Fabíola da Cunha.

Saudações a todos, com carinho especial aos integrantes da Assembleia Legislativa, a Casa do povo; aos nossos representantes; à frente parlamentar escoteira, extensivas às demais autoridades presentes que sempre prestigiam o escotismo em Minas Gerais e no Brasil; aos pais e à comunidade, que colaboraram diariamente como amigos e incentivadores do nosso movimento escoteiro; e a cada um de nossos irmãos da grande fraternidade escoteira mundial.

Lobinhos, escoteiros, seniores, pioneiros, escotistas e dirigentes, que se deslocaram de todos os rincões de nosso estado, para compartilharmos esse momento histórico, pois acreditam na educação que estamos propiciando à nossa juventude; atuando como protagonistas, abnegados e voluntários, participando ativamente e prestigiando o evento que é de todos nós. Estou aqui lisonjeado por ser o porta-voz do escotismo mineiro, em um ano muito especial em que celebramos o nosso primeiro centenário.

O escotismo, como já é de conhecimento de todos, atua na complementação da educação que a criança, o jovem e o adolescente recebem de sua família, seu credo religioso e sua escola, através dos princípios, método e programa escoteiro. É reconhecido por decreto federal como instituição de educação extraescolar desde 1941 e reconhecido como de utilidade pública estadual por esta Casa em 11 de maio de 2005.

O movimento escoteiro se iniciou na Inglaterra, em 1907; no Brasil, em 1910; e em Minas Gerais, em 1914. Hoje estamos presentes em 216 países, colaborando com a educação de mais de 40 milhões jovens, e somos reconhecidos pela Unesco como promotores da paz mundial.

A título de conhecimento histórico, o escotismo se iniciou em terras mineiras com a proatividade do professor, literato, deputado e membro da Academia Mineira de Letras, Olímpio de Araújo, que, incentivado por seu companheiro, o escritor Olavo Bilac, fundou, em 23 de dezembro de 1914, na sua pequena cidade natal de Rio Novo, na Zona da Mata, o Grêmio de Bandeirantes Mineiros. Bandeirantes foi sua opção ao traduzir *scouts* - escoteiros -, embasado não apenas na origem da palavra, mas no seu significado prático, em analogia às atividades de exploração das entradas e bandeiras que delimitaram o nosso Brasil. Também colaborou com o Dr. Benjamin Colucci, que, em 20 de maio 1915, fundou, na cidade de Juiz de Fora, o Grêmio de Bandeirantes, tendo como sede o Tiro de Guerra nº17, local onde o escotismo em Minas Gerais criou raízes.

Já na segunda metade da década de 1920, o escotismo começou a chegar a Belo Horizonte, tendo à frente o professor Antônio Pereira da Silva, que oficialmente fundou, em 1926, o Grupo Escoteiro Guia Lopes, no Ginásio Mineiro. Foi no governo do presidente Antônio Carlos de Andrada, 1927- 1932, que o escotismo encontrou apoio político, financeiro e recursos humanos, podendo se expandir por várias cidades mineiras, solidificando-se entre nós.

Através do secretário do Interior e Educação, Dr. Francisco Campos, que, mais tarde, foi o primeiro ministro da Educação do Brasil, o escotismo foi implantado em todas as escolas públicas primárias de Belo Horizonte e de outras cidades, assim como em várias escolas particulares, clubes e associações, quando o chefe-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Vicente Torres Jr., colocou à disposição de todos os grupos escoteiros um cabo e um soldado para auxiliarem nas instruções, principalmente no desenvolvimento de educação física e ordem unida.

A União dos Escoteiros do Brasil, ao longo de sua trajetória, contou com a participação e colaboração de irmãos com a alma revestida do verdadeiro espírito escoteiro, que colaboraram para o desenvolvimento, reconhecimento e credibilidade de nossa associação. Entre eles, os mineiros Dr. Afonso Pena Jr., ministro da Justiça e 1º presidente da UEB, em 1924; Antônio Pereira da Silva, fundador da Federação Mineira de Escoteiros, em 1927; Darcy Malta e João Fagundes Hauck, escoteiros-chefes do Brasil; Francisco Floriano de Paula; Wulmar Lizes Bisságio e Vander Veloso Pires, conselheiros nacionais, entre tantos outros que já partiram e nos deixaram um grande legado.

A União dos Escoteiros também contou com personalidades importantes no cenário nacional, como preconiza nosso projeto educativo, no que tange ao cidadão de caráter, íntegro, participativo e honrado, cuja formação como jovem escoteiro marcou suas vidas tais como: Juscelino Kubitschek, Itamar Franco e José Alencar, assim como a Assembleia Legislativa, através dos deputados Anselmo José Gomes Domingos, Dalmo Roberto Ribeiro Silva e José Célio de Alvarenga, como proponentes e responsáveis por tão importante reconhecimento alusivo ao nosso primeiro centenário.

Ao encerrar essas palavras, convoco a todos para que juntos possamos trabalhar com a responsabilidade que nos é inerente, pois nossas ações, certamente, serão absorvidas na base, onde está nosso foco, que é a educação de nossos jovens sucessores.

Que Deus nos ilumine e nos proteja nessa caminhada! Que o espírito escoteiro esteja em cada um de nós! Sempre alerta para servir! Muito obrigado! Boa noite!

O locutor - Com a palavra, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Quero saudar e parabenizar o caríssimo deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a esta justa homenagem. Cumprimento também o Sr. Alexandre Puliti, diretor regional do Distrito Escoteiro Metropolitano; Exmo. Sr. Milton Martins, vereador de Sete Lagoas; Sra. Maria José de Souza, akelá de alcateia do Grupo Escoteiro Alferes Tiradentes, representando o deputado Celinho do Sinttrocel, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Quero saudar também o Sr. André Luiz



Gomes, representante da Diretoria Regional dos Escoteiros do Estado de Minas Gerais. Quero saudar todos os escoteiros e escoteiras, na pessoa de Joyce Fabíola da Cunha, aqui presente.

Caríssimos amigos, lobinhos, lobinhas, escoteiros, escoteiras, familiares, amigos do escotismo. É um prazer imenso do presidente Dinis Pinheiro recepção-los nesta noite memorável, em que a Assembleia Legislativa presta esta justa homenagem pelos 100 anos de escotismo no Brasil e em Minas Gerais.

Inicialmente, quero parabenizar o ilustre deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a esta importante reunião especial, também o deputado Celinho do Sinttrocel, aqui representado pela Sra. Maria José, que, unido neste mesmo objetivo, presta esta homenagem a todos vocês.

O presidente Dinis Pinheiro, por motivo justificado, está ausente desta importante reunião, e pediu-me para representá-lo. Através de poucas palavras, mas sinceras, ele quer homenagear todos vocês, fazendo com que a Assembleia Legislativa possa também compartilhar esta noite tão memorável e histórica para a família escoteira de Minas Gerais.

Se queremos que nossos rapazes sejam felizes na vida, devemos fazer com que assimilem o costume de praticar o bem ao próximo, além de ensinar-lhes a apreciar as coisas da natureza. Criava-se, então, um movimento para ajudar na construção de um mundo melhor, baseado na fraternidade, na lealdade, no altruísmo, na responsabilidade, no respeito e na disciplina.

Há exatamente um século, Minas Gerais tomava conhecimento da grande novidade pedagógica caracterizada pelo trabalho em pequenos grupos, favorecendo a criação da liderança, com o uso de jogos, além da importância atribuída ao exemplo.

Um escoteiro, além de se tornar um jovem sadio, disciplinado e cortês, é amigo de todos e irmão dos demais escoteiros. Sem fronteiras nacionais, o escotismo é um instrumento da paz e da boa-vontade mundiais.

O legado deixado a todos nós tem o significado, principalmente, de que a humanidade se constitui, ainda, numa prática de solução de conflitos pela negociação e mediação, o que representa a vivência mais imediata da cidadania e da democracia.

Aprendendo a combater os preconceitos, os escoteiros têm também estimulado o sentimento de solidariedade com as pessoas mais desfavorecidas. O jovem que frequentou as lições do escotismo incorpora em seu cotidiano o conhecimento dos primeiros socorros, melhor capacidade de observação da natureza, além da segurança e da facilidade de orientação em novos ambientes.

Grandes líderes viram desabrochar suas inclinações no movimento, como o papa João Paulo II ou o oceanógrafo Jacques Cousteau. Dois famosos exemplos nacionais são o saudoso presidente Itamar Franco e o jornalista Gilberto Dimenstein.

Entre as muitas histórias de bravura e solidariedade vividas pelos escoteiros do mundo inteiro, destaca-se a de um jovem mineiro, em 1938. Caio Martins tornou-se um herói nacional, e seu nome foi dado a um estádio de futebol em Niterói. Viajava de trem com um grupo de outros escoteiros, quando se deu um sério acidente ferroviário nas proximidades de Barbacena. Mesmo sendo vítima, desdobrou-se no atendimento aos feridos, recusou-se a ocupar uma maca, já que eram poucas as disponíveis, e fez questão de caminhar até a cidade mais próxima, sem saber que estava tendo uma hemorragia interna. Faleceu, depois de ter participado ativamente no salvamento de outros.

Se o nosso Caio Martins morreu tão jovem, muitas outras personalidades puderam levar para a vida adulta sua experiência no escotismo. Cada um deles soube reforçar os conceitos mobilizados pelo movimento, tais como a camaradagem, o amor à humanidade, o respeito aos mais velhos.

No momento atual, em que a juventude em todo o Planeta é exposta à violência, à solidão, ao consumismo, ao alcoolismo e às drogas, os valores defendidos pelo escotismo são profundamente atuais e necessários. Portanto, caríssimos escoteiros e escoteiras, lobinhos e lobinhas, famílias escoteiras que aqui se encontram, temos grande interesse em estimular e fazer crescer o escotismo em nosso estado. Merecem os dirigentes do movimento todo o apoio para que se amplie o número de jovens que participam dessa instituição tão consagrada e de grande utilidade para a nossa vida social.

Nesse diapasão, destacamos a boa acolhida que teve nesta Casa o Projeto de Lei nº 800/2000, de nossa autoria, que resultou na Lei nº 13.690, de 28/7/2000, que cria o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira - Projeto Escotismo na Escola - nas escolas públicas estaduais.

Quero abrir um parêntese, caríssimo deputado Anselmo. Vamos fazer gestão para que a própria secretaria de Estado e o nosso governador Alberto Pinto Coelho façam com que essa lei seja efetivada nas escolas de Minas Gerais. De qualquer forma, temos esse importante instrumento, mas não mediremos esforços para que todas as escolas apliquem essa lei sancionada pelo governo. É importante que as escolas tenham esse instrumento da paz, da camaradagem, da amizade da família escoteira, com todos os seus benefícios.

Tal iniciativa decorreu de nosso reconhecimento de que a contribuição do escotismo para a formação dos educandos é muito ampla e alcança aspectos de suma importância para o sucesso da criança e do jovem, ao treiná-los para a autonomia e a autoconfiança, ao acelerar a socialização pela convivência harmônica e cooperativa com os membros do grupo, ao ensiná-los sempre a valorizar e respeitar o meio ambiente por meio do contato e da descoberta dos elementos da natureza, enfim, ao possibilitar a eles a assimilação progressiva de valores como justiça, respeito aos direitos do próximo e da verdadeira cidadania.

Lembramos ainda que tivemos a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº 1.750/2004, que, convertido na Lei nº 15.503, de 11/5/2005, declarou de utilidade pública a União dos Escoteiros do Brasil - Região de Minas Gerais -, fato referido por V. Exa., caríssimo deputado Anselmo, quando, neste Plenário, realizamos uma grande festa da família dos escoteiros do Estado de Minas Gerais.

Fazemos tais registros para ressaltar a nossa sincera vinculação e dos demais coautores desta reunião com o escotismo, por sua mensagem e pelos nobres ideais que difunde, pela simplicidade prática de suas ações, enfim, pelo caráter altruísta de seus ensinamentos.

No momento em que o Plenário desta Casa celebra as conquistas destes 100 anos do escotismo no Estado de Minas Gerais, permita-me homenagear nosso amigo Paulo Henrique Maciel Barbosa, por quem homenageamos todos as pessoas que estiveram a seu lado,



com uma participação fiel, sempre voltada ao ideal do escotismo, trabalhando voluntariamente no movimento. Como ele, há tantos e tantos abnegados que, no decorrer dos anos, fazem com que o coração sempre tenha acesa a chama do bem e da felicidade.

Para concluir, recorreremos a vocês, à coroa que busca o sentido da existência de cada um, procurando deixar este mundo um pouco melhor do que encontraram.

São essas, caríssimos amigos escoteiros e escoteiras, as nossas manifestações, associando-nos, com certeza, no mesmo desejo e satisfação, aos nossos caríssimos amigos deputados Anselmo, Celinho e demais parlamentares desta Casa, como também ao nosso presidente Dinis Pinheiro. Queremos abraçar vocês num grito de alerta e dizer quanto é importante a participação e a presença de vocês na escola, na família, na cidade, na rua, nas praças. Com sua alegria, que vem do coração, nesse gesto sempre humano e solidário, procuram o caminho do bem para todos aqueles que vocês conhecem. Certamente, praticam o desenho maior da solidariedade humana e, principalmente, da boa convivência. Parabéns a vocês. Levem esta lembrança que estamos proporcionando pelos 100 anos que fazem parte das histórias de Minas e do Brasil. Parabéns a todos.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Conjunto de Escoteiros do 107MG, que cantará o Hino dos Escoteiros.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/5/2014

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução dos Hinos da Itália e do Brasil - Palavras do Deputado Agostinho Patrus Filho - Entrega de Título - Palavras do Sr. Raffaele Peano - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus Filho - Dalmo Ribeiro Silva.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Raffaele Peano, presidente da Fundação Torino Escola Internacional, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, pelo governador do Estado, por meio de Decreto de 28/2/2011, publicado no *Diário do Executivo* em 1º/3/2011.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Raffaele Peano, presidente da Fundação Torino Escola Internacional; a Exma. Sra. Aurora Russi, consulesa da Itália em Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Valentino Rizzioli, vice-presidente executivo da Fiat do Brasil; Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais e presidente do Gruppo Dirigenti - Seção Brasil; e deputado Agostinho Patrus Filho, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaria de registrar a presença nesta solenidade da Exma. Sra. Silvana Rizzioli, diretora do Centro de Competências da Fiat, do Instituto de Competências Empresariais e presidente da UBQ; e dos Exmos. Srs. José Eduardo de Lima Pereira, presidente da Casa Fiat de Cultura; Mario Graziano Bório, diretor de Relações Humanas da Fiat Chrysler; Alfredo Leggero, diretor industrial da Fiat Chrysler; e Alfredo Apicella, presidente da Coni Brasile. Naturalmente saudamos também a presença de familiares e de amigos do homenageado. Também registramos o recebimento de mensagens enviadas pelo deputado federal Marcos Montes e pelo senador Zezé Perrella, por meio das quais lamentam sua ausência em vista de compromissos agendados previamente, bem como cumprimentam o Sr. Raffaele pelo recebimento do título e parabenizam o deputado Agostinho Patrus Filho pela iniciativa.

Execução dos Hinos da Itália e do Brasil

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino da Itália e, a seguir, o Hino Nacional, que serão apresentados pelo Coral Infante-Juvenil da Fundação Torino, regido pela maestrina Kênia Chantal e acompanhados pelos músicos Cláudia Salgado, piano; Luiz Henrique Moreira, violão; e Mamede, bateria.

- Procede-se à apresentação do Hino da Itália e do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Agostinho Patrus Filho

Boa noite, senhoras e senhores. Permitam-me saudar o Exmo. Sr. deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que nesta cerimônia representa o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; o Sr. Raffaele Peano, presidente da Fundação Torino Escola Internacional, nosso homenageado nesta noite; a Exma. Sra. Aurora Russi, consulesa da Itália em Belo Horizonte; o Sr. Valentino Rizzioli, vice-presidente executivo do grupo Fiat Chrysler do Brasil; o Sr. Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais; a Dra. Silvana



Rizzioli, presidente da UBO em Minas; o Dr. Alfredo Leggero, diretor industrial do grupo Fiat Chrysler; o Sr. Paulo Ferreira, diretor da Fiat Engenharia Powertrain; o Sr. David Ferrina, diretor de informática da Fiat; e o Sr. José Eduardo Lima Pereira, presidente da Casa Fiat de Cultura. Queria saudar todos os empresários aqui presentes, na pessoa do Sr. Pietro Sportelli, industrial do ano pela Fiemg e presidente da Etra.

Falar de Raffaele Peano é falar de luta, de trabalho, de busca por ideais, de firmeza de caráter e de determinação. Trata-se de um personagem plural, denso, que exerceu e exerce funções de grande relevância, imprimindo, em cada uma delas, as digitais de sua formidável inteligência e de seu singular dinamismo.

Desde pequeno, na sua Cuni, como dizem os piemonteses, capital da província homônima, incrustada no Sul da região italiana de Piemonte, contou com o amor e a dedicação de seus pais para superar as dificuldades materiais enfrentadas por uma família de camponeses no período pós-guerra.

O apoio da família, somado à obstinada crença em seus objetivos, levaram Raffaele Peano a construir uma trajetória profissional exemplar. Durante décadas, desde que se formou na escola profissionalizante da Fiat, em Turim, nos idos de 1966, ocupou diversos cargos na empresa, sempre se destacando pela perseverança e pela competência.

A excelência do trabalho desenvolvido no grupo Fiat o fez transpor as fronteiras da Itália. Veio para o Brasil em 1984, aos 35 anos, onde permaneceu inicialmente por oito anos. Ainda prestou serviços em unidades da Polônia e da Argentina antes de retornar ao Brasil, no ano de 2000. Do platô em forma de cunha, no sopé dos Alpes Marítimos, Raffaele Peano veio se amontanhar nas Gerais. Instalou-se na pátria Minas, caminho entre a terra e o céu, enaltecida na poesia do compositor mineiro Marcus Viana.

Espírito com sede de novos e belos horizontes, inquieto como nuvens no céu, Dr. Peano logo encontrou outras missões em nossa capital. Desde 2006 é o presidente da Fundação Torino Escola Internacional e do Centro de Língua e Cultura Italiana, por onde já passaram centenas de alunos.

O *slogan* da Fundação Torino, "A escola que ensina a pensar", traduz com perfeição o trabalho pedagógico ali desenvolvido, dentro do entendimento de que a missão de preparar o outro é uma das formas mais nobres de ajudar o próximo.

Segundo o educador Rubem Alves, há escolas que são asas. De fato, educar não é só escolarizar. A educação é um campo da dimensão humana gerador de solidariedade, de transformação, de ética e de responsabilidade. O administrador Raffaele Peano segue à risca essa sentença. As marcas de suas mãos e a argamassa de seus ideais proporcionam voos edificantes a todos os que procuram a Fundação Torino em busca de qualificação.

Versátil e polivalente, sempre empenhado em ações de integração entre o Brasil e a Itália, o homenageado também empresta sua capacidade laborativa em outras funções prestigiosas como a vice-presidência da Câmara Italo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais e a presidência da Associação Cultural Italo-Brasileira - Acibra-MG.

Dono de uma biografia profissional riquíssima, o Dr. Peano vive de olhos postos no futuro. Sabe que a qualidade é importante diferencial competitivo no mundo contemporâneo, por isso integra também a diretoria da União Brasileira para a Qualidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade. No auge de sua capacidade produtiva, mas já vislumbrando uma atividade prazerosa para desempenhar quando se afastar do mercado de trabalho, retomou suas origens e voltou para onde havia começado: o campo. Desde 2005, começou a produzir, nos vinhedos da Patagônia argentina, o vinho Viva, com a qualidade de quem tem nas suas origens o sabor do Barolo, rei dos vinhos, vinho dos reis.

Fácil notar um liame, um fio condutor, um traço de união que acompanha a trajetória de Raffaele Peano em todas as atividades que desempenha: o ideal empreendedor. Segundo o escritor Augusto Cury, ser empreendedor é executar sonhos. Novos métodos de gestão, formas de organização corporativa inovadoras e qualidade nos processos são alguns dos atributos que acompanham a vida profissional do nosso homenageado e lhe conferem o reconhecimento pelas instituições por onde passa.

Mas não existe profissional de excelência sem um arcabouço consistente de valores morais. É aqui que Dr. Peano nos mostra os pilares de sustentação das catedrais que constrói. Os valores transmitidos pelos pais são conservados de maneira intransigente pelo homenageado e por sua dedicada família. Foi com esses princípios que Raffaele Peano construiu uma sólida base familiar. D. Rosita Cagliero, esposa e amiga, com quem compartilha, há 37 anos, uma vida conjugal harmônica; a filha, Cristina, herdeira das habilidades e dos valores que nos fazem estar reunidos hoje para prestar o tributo ao seu pai; e a pequena Isabella, a neta de 8 meses, recompensa maior que a vida lhe concedeu, símbolo de esperança e renovação, Dr. Peano, não apenas elas sentem hoje justificado orgulho. Nós, os amigos de amizades construídas na faina cotidiana, também sentimos. E, fundamentalmente, os mineiros, os legatários do seu trabalho, compartilham hoje esse mesmo sentimento de alegria por suas vitórias e realizações.

Por derradeiro, dirijo-me ao amigo Raffaele Peano para dizer-lhe que é com muito orgulho que o Estado de Minas Gerais o recebe como Cidadão Honorário. Trata-se de um justo e merecido reconhecimento pelo excepcional trabalho realizado durante todos estes anos e pelo grande ser humano que é. Por seu caráter e brilhantismo, eu só poderia finalizar dizendo: nós, mineiros, estamos felizes por agora ter Peano como mineiro. Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste instante, o deputado Ivair Nogueira, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao presidente da Fundação Torino Escola Internacional, Sr. Raffaele Peano, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue traz os seguintes dizeres: (- Lê:)

“Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Agostinho Patrus Filho, nos termos do Decreto de 28/2/2011, concede ao Sr. Raffaele Peano o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à relevante contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, no setor industrial automobilístico e de intercâmbio cultural e profissional entre o Brasil e a Itália”.

Assinam o título o Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, governador do Estado de Minas Gerais, e o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.



O presidente - Gostaria, neste momento, de convidar o deputado Agostinho Patrus Filho para que, juntamente comigo, façamos essa entrega tão merecida.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Raffaele Peano

Agora é que vem a parte difícil depois dessa emoção. Exmo. Sr. deputado Ivair Nogueira, vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; Exma. Sra. Aurora Russi, consulesa da Itália em Belo Horizonte; Exmos. Srs. Valentino Rizzoli, vice-presidente executivo da Fiat do Brasil; Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais e presidente do Gruppo Dirigenti - Seção Brasil; e deputado Agostinho Patrus Filho, autor do requerimento por meio do qual solicitou que a mim fosse concedido esse título.

Esta é uma noite muito especial para mim e para minha família. Ser reconhecido como Cidadão Honorário de Minas Gerais é motivo de muito orgulho e alegria, que recebo com extremo respeito e também com muita emoção.

Nasci entre montanhas, mas não essas. As montanhas de Minas entraram em minha vida há exatos 30 anos, no dia 15/5/1984, quando aqui cheguei pela primeira vez como *controller* da Fiat Automóveis. Foi uma espécie de paixão à primeira vista, pois pude constatar pessoalmente o que muitos já me haviam dito: há muita similaridade entre Minas e minha terra natal.

Os dois povos apresentam um caráter reservado no início, mas depois, à medida que se estabelece a confiança, aparecem as semelhanças e as bases para um relacionamento afetuosos. Em meio às montanhas nevadas do Piemonte, eu defini minha identidade, mas foi em Minas que forjei a minha maturidade. Foi aqui que vivi e estou vivendo meus melhores anos profissionais e a plenitude de minha vida familiar. Foi em Minas que minha esposa, Rosita, e eu criamos nossa filha, Cristina. Foi aqui que amadureci como cidadão.

Nestes anos, tivemos o privilégio de acompanhar passo a passo a formação da moderna sociedade mineira e brasileira. Assisti à redemocratização do Brasil, acompanhei a incrível escalada da inflação nos anos 1980, presenciei a estabilização da economia por meio do Plano Real e vi também o surgimento do forte movimento de inclusão social, que trouxe milhões de brasileiros para o mercado de consumo.

Isso faz com que eu me sinta parte dessa geração de mineiros e brasileiros que deram o melhor de si para que o País se tornasse o que é hoje e para que Minas conquistasse a importância e a expressão que tem atualmente.

São reflexões de quem conviveu com diversas realidades nacionais. Trabalhei na Itália, na Argentina, na Polônia e no Brasil em dois períodos diferentes. Por isso, valorizo tanto a força e a energia que estão por trás do projeto de um país bem-sucedido. Aprendi que o que nos une verdadeiramente é estar juntos diante dos desafios e superá-los, confiando uns nos outros. Daí vem o verdadeiro sentimento de pertencer a um grupo e a confiança para construir o novo.

Como disse, desenvolvi grande parte de minha carreira como executivo aqui, em Minas Gerais, dentro do Grupo Fiat. Tenho grande orgulho de pertencer a esta organização, que tanto contribuiu para encorpar e diversificar a estrutura produtiva e o tecido industrial de Minas Gerais. Considerando a presença de quase 40 anos das empresas do Grupo Fiat Chrysler e da CNH Industrial em Minas Gerais, ousou dizer que se promoveu uma bem-vinda interferência cultural recíproca. Minas Gerais ficou um pouco mais italiana, enquanto as empresas do Grupo Fiat tornaram-se mais mineiras.

Desde 2005, tenho uma missão que me conecta com a cultura e com o futuro. Sou presidente da Fundação Torino, a escola internacional que a Fiat instituiu em 1975. Hoje, ela é reconhecida tanto no Brasil quanto na União Europeia. Em número de alunos, é a maior escola internacional do Brasil e talvez da América Latina.

Na verdade, venho contribuindo para o desenvolvimento da Fundação Torino desde 1984. Vocês não podem imaginar como foi revigorante para mim voltar ao ambiente escolar. Essa é uma escola que tem propósitos claros e que quer fazer a diferença na vida de seus alunos e da comunidade em que está inserida. A escola do presente que pretende ser importante no futuro é aquela que ensina a pensar, que estimula o sentir, que premia o conviver e forma cidadãos. Essa é a missão da educação. Essa é a missão a que me propus e à qual me dedicarei agora com mais energia, animado por este prêmio e reconhecimento.

Também gostaria de citar quanto é importante para mim presidir a Associação Cultural Ítalo-Brasileira de Minas Gerais - Acibra. A associação se consolidou como um elo forte e indispensável entre as culturas brasileira e italiana, divulgando-as e enriquecendo-as. Uma prova da ampla interação entre os dois povos é a festa tradicional italiana de Belo Horizonte, realizada sempre nas ruas da Savassi, no mês de junho. Já é a maior festa de rua, com a presença de mais de 80 mil pessoas e mostra como a alegria é a marca que une as duas culturas. Aproveito para convidá-los para esse evento que será realizado no próximo dia 1º de junho.

Senhoras e senhores, minhas palavras finais são de agradecimento. Agradeço inicialmente ao deputado Agostinho Patrus filho, autor da proposição que resultou nesta homenagem. Muito obrigado a V. Exa., cujo trabalho muito tem contribuído para o desenvolvimento e a projeção de Minas Gerais. Ao saudá-lo, estendo minhas homenagens a outra figura muito marcante: Agostinho Patrus, que, em vida, honrou esta Casa, ao presidi-la e ao exercer seis mandatos legislativos. Além disso, também nos trouxe aqui, em 2006, representando a Fundação Torino, numa homenagem que a escola recebeu pela representatividade cultural no Estado.

Agradeço à Mesa que dirige esta reunião e aos colegas do Grupo Fiat Chrysler, da CNH Industrial, da Fundação Torino, da Acibra, da Câmara Italiana, do Instituto Minas pela Paz e da União Brasileira da Qualidade, que aqui compareceram nesta noite.

É muito bom estar próximo de vocês. Agradeço a Deus por ter me colocado diante de tantas oportunidades e desafios, por ter me dado a energia necessária para empreender e o discernimento para fazê-lo sempre da melhor maneira. Agradeço a meus familiares o apoio que me deram durante todos estes anos.

Meus pais, pessoas claras e direitas, ensinaram-me que nesta vida comemos os frutos que outros plantaram. Por isso devemos semear durante a nossa vida, para que os que venham depois de nós possam nutrir-se igualmente. E o que devemos semear? Meus pais, se ainda estivessem conosco, diriam: "Quem planta milho colhe em cinco meses uma vez só; quem planta uma árvore come seus frutos depois de três ou quatro anos, mas por muito tempo; mas quem planta cultura e educação pode não colher para si, mas assegura sustento vital para as futuras gerações".



Ao deputado Agostinho Patrus, a toda esta Casa, ao Estado de Minas Gerais, aos alunos da Fundação Torino que fizeram essa linda apresentação e aos amigos presentes, o meu muito obrigado pelo acolhimento e por essa bela homenagem, que verdadeiramente me honra e me emociona. Boa noite.

Palavras do Presidente

Meu caro amigo Raffaele Peano, presidente da Fundação Torino Escola Internacional; Exma. Sra. Aurora Russi, consulesa da Itália em Belo Horizonte; meu amigo Valentino Rizzoli, vice-presidente executivo da Fiat do Brasil; meu amigo Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais e presidente do Gruppo Dirigenti - Seção Brasil; meu amigo deputado Agostinho Patrus Filho, autor do requerimento que solicitou a concessão do título ao homenageado, aqui quero abrir um parêntese, mas antes quero cumprimentar o meu amigo José Eduardo de Lima Pereira. Ao cumprimentar o autor do requerimento, meu amigo Agostinho Patrus Filho, um jovem deputado, lembro que tal pai, tal filho. O saudoso Agostinho Patrus, com quem tive oportunidade de conviver nesta Casa, foi um verdadeiro professor. Com ele tive a oportunidade de ter os meus primeiros ensinamentos quando aqui cheguei, em 1994, ao lado de tantos outros deputados. E, agora, conviver com o deputado Agostinho Patrus Filho é um privilégio, porque, apesar de ser um jovem, acho que ele aproveitou todo o talento do pai, a sua sabedoria. E não só pela iniciativa desta noite, uma justa homenagem, vejo o seu interesse por Minas Gerais: quando se fala em Fiat Automóveis, quando se fala em Fundação Torino, quando se fala em todos os aspectos que abrangem esse interesse, vejo o fiel escudeiro, que é o deputado Agostinho Patrus Filho.

Quero aqui também registrar e justificar a ausência do nosso grande presidente deputado Dinis Pinheiro, esse jovem talentoso, com quem tenho o privilégio de conviver e aprender muito também. Ele gostaria de estar aqui porque é da região metropolitana, da cidade de Ibirité, tem uma convivência muito harmônica e sabe da importância do grupo Fiat para Betim, Ibirité e toda a Minas Gerais.

Quero pedir licença ao homenageado para dizer algumas palavras. Esta Casa tomou a brilhante iniciativa de torná-lo cidadão de Minas Gerais com muito orgulho. Quero dizer que, como ex-prefeito de Betim, ao lado de José Eduardo de Lima Pereira e de Giacomo Regaldo, tive a oportunidade de conviver e conhecer a importância que a Fiat Automóveis trouxe para Betim e, acima de tudo, para Minas Gerais. A Fiat é um orgulho para nós, betinenses. Sou de Betim e tive a oportunidade de ser prefeito daquela cidade. Estou no meu quinto mandato nesta Casa e acompanhei de perto quanto foi importante a presença do grupo Fiat em Betim. Digo hoje que não foi só para Betim. Se temos um desenvolvimento acentuado hoje no nosso Estado, se temos um crescimento industrial, acho que devemos muito à implantação da Fiat em Betim e de indústrias e fornecedoras em um raio próximo à montadora. Tudo isso possibilitou o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte como um todo. Devemos hoje reconhecer na Fiat todo o progresso que ela trouxe para Minas Gerais e, acima de tudo, a geração de emprego. Anda mais: temos o reconhecimento do povo de Minas pelo que ela representa para nosso Estado e significa hoje em uma receita que possibilitou esse PIB a Betim. A Fiat contribuiu muito para o Estado de Minas Gerais. Quero só fazer essa introdução e trazer nosso reconhecimento e nossa gratidão ao grupo Fiat, ao ex-governador Rondon Pacheco, que convive conosco, tem participado e foi o responsável, naquela época, pela vinda da Fiat a Betim e a Minas Gerais. Então fica aqui meu reconhecimento e minha gratidão, em meu nome, em nome do deputado Agostinho Patrus Filho, em nome do presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, e em nome de todos os nossos colegas parlamentares.

A Itália vem fornecendo, desde o século XIX, muitos talentos ao Estado de Minas Gerais. São homens e mulheres que concorrem, com seus conhecimentos, habilidades e cultura, para o desenvolvimento e o embelezamento de nosso Estado.

O Sr. Raffaele Peano, que temos a honra de acolher como cidadão mineiro nesta solenidade, é mais um italiano que, ao eleger nossas terras seu lar, vem dando sua contribuição para o aprimoramento da nossa sociedade.

Natural de Cuneo, na Itália, província que, como Minas, é caracterizada pelo relevo montanhoso e pelo caráter a um só tempo reservado e hospitaleiro de seu povo, Raffaele graduou-se em administração de empresas pela universidade de Turim.

Fez carreira na Fiat, que o enviou a sua primeira viagem ao Brasil, no início da década de 1990. Tornou-se, em 1992, diretor financeiro do grupo empresarial, na Polônia, e em 1996, na Argentina. Retornou ao País em 2000, estabelecendo-se em Belo Horizonte, cidade em que continua a residir e onde desenvolve diversas atividades.

Ocupa, desde 2009, o posto de presidente da Fundação Torino, instituição bicultural que, da educação infantil ao ensino médio, dedica-se à formação de crianças e jovens, pautada pelo respeito à pluralidade cultural.

A escola, que em 2015 completa 40 anos, além de seguir o currículo determinado pelo Ministério da Educação, preparando para o ingresso nas universidades brasileiras, orienta-se também pelas diretrizes escolares italianas, concedendo um diploma internacional que facilita o acesso às instituições de ensino europeias. Os alunos aprendem, ao lado do português e do italiano, o inglês, o espanhol e o latim. São distribuídos em turmas pequenas, que permitem que os professores prestem assistência individualizada aos pupilos.

A formação intelectual e moral que torna os alunos da fundação cidadãos do mundo é acompanhada da devida atenção às atividades esportivas, que incluem jogos da juventude, jogos de integração, corrida e passeio ciclístico, bem como de projetos interdisciplinares, como a revista *Carpe Diem* e o *Econscienza*.

A liderança de Raffaele Peano tem sido fundamental para que a escola alcance o reconhecimento e o prestígio de que hoje desfruta. Desde que assumiu o cargo de presidente, a instituição vem colecionando prêmios que atestam a sua excelência. Conquistou, entre tantas outras honrarias, o 1º lugar no 9º prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, conferido pela Organização das Nações Unidas, pelo projeto Generocídio; o prêmio Microsoft Educadores Inovadores, pelo projeto Rádio História, na categoria escolas particulares; e o certificado Melhor Parceira do Ensino Público, pelo Projeto Italiano para Alunos da Escola Integrada, concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Apesar das inúmeras tarefas desempenhadas à frente da Fundação Torino, Raffaele Peano encontra tempo e disposição para se dedicar à direção da Solutions Consultoria Empresarial, sediada em Uberlândia, que atua nos campos comercial, de logística, recursos humanos, financeiro, de qualidade, governança corporativa, contábil e tributário. A satisfação dos clientes norteia o trabalho de sua equipe de consultores altamente qualificados, que desenvolvem projetos em várias áreas, sempre com foco em resultados, respeito pelo ser humano e transparência.



Raffaele concilia, de modo invejável, suas atividades profissionais com sua posição de vice-presidente e membro do Conselho Fiscal da Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira de Belo Horizonte com a presidência da Associação de Cultura Ítalo-Brasileira de Minas Gerais - Acibra-MG -, duas instituições sem fins lucrativos que vêm contribuindo, cada uma à sua maneira, para estreitar os laços entre a Itália e o Brasil. Seja em sua atuação como empresário, seja em suas atividades voltadas para a difusão da cultura e da história italianas ou para o fortalecimento dos vínculos comerciais entre Brasil e Itália, Raffaele Peano tem uma história de trabalho, com criatividade e respeito à tradição, em prol do desenvolvimento econômico e cultural de Minas Gerais.

Assim sendo, peço-lhe que aceite, como símbolo do reconhecimento e da hospitalidade de nosso povo, o título de Cidadania Honorária do Estado, o qual a Assembleia Legislativa tem a honra de entregar nesta festiva solenidade. Muito obrigado e parabéns.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir uma apresentação do Coral Infante-Juvenil da Fundação Torino, regido pela maestrina Kênia Chantal, que nos brindará com a canção italiana *Gesu* e as músicas *Angels*, do folclore americano, e *O trenzinho do caipira*, de Villa-Lobos.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns; bela apresentação.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 20/5/2014.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/5/2014

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Mário Henrique Caixa e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a continuidade do acompanhamento das obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Maria Marin, presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF -, publicado no *Diário do Legislativo* de 1º/5/2014, e Fabrício Torres Sampaio, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, agradecendo o convite para esta reunião e justificando sua ausência. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Edwirges Madeira, superintendente da Infraero - Aeroporto Internacional Tancredo Neves; Gabriela Castro Xavier, gerente de Projetos da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes - Secopa; e os Srs. Silvério Gonçalves, superintendente da Infraero - Regional Sudeste; Wagner Antônio Soares, assessor de imprensa da Infraero; Ricardo Alexandre Gois Ferreira, assessor da Diretoria de Gestão da Infraero; José Mateus Guimarães Moreira, gerente de Empreendimentos da Infraero; Marcelo Raggi Pacheco, superintendente de Empreendimentos Sul e Sudeste da Infraero, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Marques Abreu, presidente – Tadeu Martins Leite – Mário Henrique Caixa.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/5/2014

Às 10h10min, comparece no Teatro o deputado Vanderlei Miranda, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o melhor aproveitamento das parcerias do Estado com as comunidades terapêuticas e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Eduardo Bernis, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, comunicando que o relatório final da comissão especial para o enfrentamento ao *crack*, encaminhado pela comissão, tem relevante contribuição a ser utilizado na criação e no aprimoramento das políticas públicas estaduais e será aplicado nas ações desenvolvidas pela secretaria. Comunica também o recebimento de correspondências publicadas no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2), (23/4/2014) e (1º/5/2014); e do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social (23/4/2014). Registra-se a presença dos deputados Paulo Lamac e João Leite. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.860/2014, dos deputados Neider Moreira e Tadeu Martins Leite, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja aumentado o número de viaturas para atender ao Município de Pedra Azul e região;



- nº 9.861/2014, dos deputados Neider Moreira e Tadeu Martins Leite, em que solicitam seja encaminhado à Subsecretaria Estadual de Políticas Sobre Drogas pedido de providências para que sejam realizados estudos necessários para a implantação de comunidade terapêutica no Município de Pedra Azul;

- nº 9.862/2014, dos deputados Neider Moreira e Tadeu Martins Leite, em que solicitam seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja realizada a apresentação do Teatro Interativo - Túnel das Drogas, criado pelo 18º Batalhão da Polícia Militar, nas escolas estaduais sediadas no Município de Pedra Azul;

- nº 9.864/2014, do deputado Neider Moreira, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Novo Cruzeiro para debater, em audiência pública, o enfrentamento ao uso de crack e outras drogas no município e na região;

- nº 9.866/2014, do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, o uso de drogas ilícitas no evento da Copa do Mundo no Estado de Minas Gerais;

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas - e subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese; Cássia Reis Donato, diretora de Proteção Especial da Sedese; Fernanda Pinto Araújo, secretária, representando a presidente da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins; e os Srs. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Jorge Tobias de Souza, promotor de justiça e coordenador de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual Antidrogas – Conead; Marcos Antônio dos Santos, diretor, representando a presidente da Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas Católicas e Instituições Afins - Governador Valadares; e Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Paulo Lamac para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Liza Prado e dos deputados Célio Moreira, Tadeu Martins Leite e Cabo Júlio. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/5/2014

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Antonio Martinho Ribeiro, fazendo observações sobre o Projeto de Lei nº 4.894/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.179, 5.184, 5.188, 5.196, 5.199 e 5.205/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 5.178, 5.181, 5.185, 5.190, 5.193, 5.194, 5.200 e 5.202/2014 (deputado André Quintão); 5.180, 5.192, 5.195, 5.197 e 5.203/2014 (deputado Duílio de Castro); 5.177 e 5.186/2014 (deputado Luiz Henrique); 5.189, 5.191, 5.198 e 5.204/2014 (deputado Leonídio Bouças); e 5.187/2014 (deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, dos Projetos de Lei nºs 5.000/2014 (relator: deputado Sebastião Costa) e 5.160/2014 (relator: deputado André Quintão). O Projeto de Lei nº 4.588/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado André Quintão, aprovado pela comissão. Registra-se a saída do deputado André Quintão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.908/2014 (relator: deputado Duílio de Castro). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.158/2014 (relator: deputado Luiz Henrique) e 5.159/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Jequeri os Projetos de Lei nºs 5.161 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição) e 5.163/2014 (relator: deputado André Quintão – requerimento lido pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.109/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Henrique - proposta de emenda de autoria do deputado Fabiano Tolentino ficou prejudicada em virtude de ter sido incluída no parecer do relator); 5.137/2014 (relator: deputado Sebastião Costa); 5.155, 5.168 e 5.174/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, sendo o primeiro em virtude de redistribuição) e 5.175/2014 (relator: deputado Duílio de Castro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 5.156, 5.157 e 5.173/2014 para que os processos sejam instruídos

com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - Lafayette de Andrada.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* encaminhado pelo Hospital Sofia Feldman, convidando a Comissão de Saúde para a reunião especial no Plenário desta Casa em comemoração aos 30 anos de sua inauguração. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.426/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado por solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Doutor Wilson Batista, em virtude de redistribuição. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.791/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.857/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a judicialização na saúde;

- nº 9.858/2014, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião no Município de Taiobeiras para debater, em audiência pública, a construção do Matadouro Municipal, tendo em vista que a obra está pronta e funcionando, segundo a Secretaria de Estado de Agricultura;

- nº 9.859/2014, do deputado Doutor Wilson Batista, em que solicita seja encaminhado à presidência desta Casa pedido de providências para realizar campanha educativa de estímulo à realização do parto humanizado, em oposição à violência obstétrica ocorrida no Brasil, à banalização da cesariana e de outros procedimentos invasivos desnecessários (episiotomia, uso de fórceps e medicamento, como a ocitocina), à morbidade e aos riscos imediatos e de longo prazo para a parturiente e o recém-nascido.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Carlos Mosconi, presidente – Doutor Wilson Batista – Arlen Santiago.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, Gustavo Corrêa e Duarte Bechir (este, substituindo o deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 10/5/2014: ofícios das Sras. Maria Elmira de Amaral Dick, promotora de justiça, e Renata Vilhena, secretária de Planejamento; e dos Srs. Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2); Frederico Henriques Figueiredo Coura Ferreira, prefeito municipal de Dionísio; Henrique Antônio dos Santos Nunes, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Mensagens nºs 654/2014 (Lafayette de Andrada) e 655/2014 (Romel Anízio), em turno único; e Projetos de Lei nºs 4.587/2013 e 4.159/2014 (Jayro Lessa); 4.868/2013 (João Vítor Xavier); 4.996/2014 (Zé Maia); 4.427/2013 e 5.158/2014 (Lafayette de Andrada), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta os Projetos de Lei nºs 3.851 e 4.220/2013 e 4.995 e 5.077/2014 por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais, e 3.687/2013, atendendo-se a requerimento do deputado Gustavo Corrêa, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos Convênios ICMS nºs 45 a 47, 49 e 50, encaminhados pela Mensagem nº 654/2014; e do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 655/2014 (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.905/2012 (relator: deputado Zé Maia); 3.996 e 4.475/2013 (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição), todos na forma do vencido no 1º turno; 4.179/2013 (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição) e 4.964/2014 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.518/2013 com a Emenda nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 4.899/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição). Na fase de



discussão dos pareceres do relator, deputado Zé Maia, que concluem pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.075/2014 e 5.076/2014, este na forma do vencido no 1º turno, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Ulysses Gomes. O presidente determina a distribuição em avulso do parecer do qual é relator, que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O presidente designa o deputado Lafayette de Andrada como relator do Requerimento nº 7.834/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias dos dias 19/5/2014, às 16h30min, e 20/5/2014, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2014.

Zé Maia, presidente - Romel Anízio - Lafayette de Andrada - Duarte Bechir.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Tadeu Martins Leite e Duarte Bechir (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Resolução nºs 5.028 e 5.063/2014 e Projeto de Lei nº 3.894/2013 (deputado Duarte Bechir) e Projetos de Lei nºs 5.004 e 5.008/2014 (deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 5.028 e 5.063/2014 e do Projeto de Lei nº 3.894/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.004 e 5.008/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia - Jayro Lessa.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as políticas públicas relativas à agricultura familiar e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.780/2013, em turno único, para o qual designou relator o deputado Romel Anízio. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Izabela da Costa Terra, engenheira agrônoma da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais, representando o Sr. Valter Bianchini, secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Juliana Cecília Veloso, diretora da Rede Rural da Subsecretaria de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os Srs. Osvaldo Teixeira de Souza Filho, superintendente regional da Conab; Edmar Guariento Gadelha, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Valmisoney Moreira Jardim, gerente do Departamento Técnico, representando o Sr. José Ricardo Ramos Roseno, presidente da Emater; Francisco Maurício Barbosa Simões, coordenador da Assessoria Jurídica, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Faemg; Eduardo Nascimento, assessor de Meio Ambiente, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente da Fetaemg; Josué Barbosa de Araújo, presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar; Juseleno Anacleto da Silva, coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais - Fetraf - Espera Feliz; Genilton Miranda Júnior, coordenador de Gestão Financeira da Fetraf - Santa Margarida; Armindo Augusto Santos, diretor de formação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafes - Nacional, representando o Sr. Aparecido Alves de Souza, presidente da Unicafes - Montes Claros; Gilson de Assis Sales, gerente de Educação Sanitária e Apoio à Agroindústria Familiar do Instituto Mineiro de Agropecuária, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Fabiano Tolentino, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2014**

Às 9h44min, comparecem na Câmara Municipal de São Lourenço os deputados Vanderlei Miranda e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Marques Abreu, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas no Município de São Lourenço e região e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mail do Sr. Fábio Garcia Macedo Filho, juiz de Direito da Vara Criminal, Execução Penal e da Infância e Juventude da Comarca de São Lourenço, agradecendo o convite e justificando sua ausência na audiência. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Francisca Aparecida da Costa, secretária adjunta de Saúde, representando o secretário Municipal de Saúde de São Lourenço; Ana Paula Di Lorenzo, presidente do Conselho Tutelar - São Lourenço; Patrícia Steiner de Almeida Cabral, gerente de Saúde Mental do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps-Ad - São Lourenço; e os Srs. Ralph Eboli Lage, secretário Municipal de Desenvolvimento Social, representando o prefeito Municipal de São Lourenço; vereador Ricardo de Mattos, representando o presidente da Câmara Municipal de São Lourenço; Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Ten.-Cel. PM Paulo Valério Júnior, comandante do 57º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais - São Lourenço; Luciano Belfort de Andrade Santos, delegado Regional de Polícia Civil - São Lourenço; Jorge Tobias de Souza, promotor de Justiça e coordenador de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes - Ministério Público do Estado; Fernando Luiz Fagundes Vieira da Silva, promotor de Justiça Criminal da Comarca de São Lourenço, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Tiago Ulisses, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Rosângela Reis - Wander Borges.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2014

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Célio Moreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a possibilidade de redução da maioria penal. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Valéria da Silva Rodrigues, juíza titular da Vara Infração da Infância e Juventude do Centro Integrado de Atendimento do Autor de Ato Infracional - CIA-BH; e os Srs. Wellington Prado, deputado federal; Paulo Roberto Storani, antropólogo, especialista em segurança pública, ex-oficial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (RJ) e consultor do filme *Tropa de Elite*; Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça da Infância e Juventude Infracional do Ministério Público de Minas Gerais; e João Paulo Torres Dias, defensor público junto ao Centro Integrado de Atendimento do Autor de Ato Infracional - CIA-BH -, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para quem transfere a presidência. O presidente, deputado Sargento Rodrigues, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2014

Às 14h15min, comparecem na Câmara Municipal de Araxá os deputados Bosco e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos deputados presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição dos Conselhos Regionais Alto Paranaíba I, Alto Paranaíba II e Sudoeste I, vinculados à Federação das Apaes-MG. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Maria Afonso Agostini, diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - Araxá e Conselheira Regional da Apae Alto Paranaíba I; e Fabiana Ferreira Borges, representante dos pais dos alunos da Apae - Araxá; e Sargento Amilton, presidente em exercício da Câmara Municipal de Araxá; Eduardo Fernandes Callegari, superintendente regional de ensino de Uberaba representando a Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Estado de Educação; Jarbas Feldner de Barros, consultor técnico da Federação das Apaes de Minas Gerais; e Luiz Fernando de Almeida Teixeira, representante dos alunos da Apae - Araxá, que são convidados a tomar assento à mesa. A parlamentar e os parlamentares presentes tecem suas considerações iniciais. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas



taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente – Elismar Prado.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/5/2014

Às 9h44min, comparecem na Câmara Municipal de Sabará a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BAM) e o deputado Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política de prevenção e combate ao uso de *crack* e outras drogas no Município de Sabará e região e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Andreia Lizandro, presidente do Conselho Tutelar de Sabará; Gleiciane Sampaio, presidente da Coordenadoria Antidrogas de Sabará; e os Srs. Moacir Barbosa de Figueiredo, secretário de Governo de Sabará, representando o prefeito municipal de Sabará; Marcus Aurélio de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Sabará; Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Cap. PM Wellington Alves, representando o comandante da 15ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, de Sabará; Guilherme Guimarães Catão, delegado titular da 3ª Delegacia de Sabará, representando o delegado regional de Polícia Civil, de Sabará; Leonardo Carvalho Carreira, defensor público da Comarca de Sabará; Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil – Feteb; Cláudio Soares do Carmo, vereador da Câmara Municipal de Sabará; Pastor Júlio, presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Sabará, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra à deputada Rosângela Reis e ao deputado Wander Borges, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Bosco - Dalmo Ribeiro Silva.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV MINAS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Votação, em turno único, da Indicação nº 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com os bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - para os fins que menciona e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973, que altera o Decreto-Lei nº 1.627, de 12 de janeiro de 1946. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a política estadual de medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Cultura, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, apresentado em Plenário, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Cultura.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2010. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.209/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios nºs 38 a 44, de 31 de março de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.217/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 45, 46, 47, 49 e 50, de 22 de abril de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 51/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que revoga o parágrafo único do art. 183 da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2011, do deputado Cássio Soares, que institui o Dia do DeMolay. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 962/2011, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2011, do deputado Leonardo Moreira, que estabelece normas para o fornecimento, por estabelecimento comercial, de sacola plástica ao consumidor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que



específica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade do bem doado ao Município de Cataguases pela Lei nº 14.381, de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG - a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 22/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 22 de maio de 2014, destinada a homenagear o Hospital Sofia Feldman pelos 30 anos de sua inauguração.

Palácio da Inconfidência, 21 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.995/2012, do governador do Estado, 4.972 e 5.107/2014, do deputado Lafayette de Andrada, e 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para o debate público a ser realizado em 23/5/2014, às 14 horas, no Plenário, com a finalidade de debater o lançamento do Plano Safra de Pesca e Aquicultura em Minas Gerais e apresentar ações governamentais voltadas para o setor, com convidados mencionados na pauta.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação da Estação Ecológica de Fechos no que se refere a sua expansão e sua importância para a manutenção da qualidade das águas que abastecem a região Sul de Belo Horizonte e parte de Nova Lima, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2014, às 13h30min, no Centro Cultural Luz da Lua, no Município de Araçuaí, com a finalidade de debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição dos Conselhos Regionais Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Três Vales, vinculados à Federação das Apaes-MG, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/5/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.078/2012, que versa sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado; e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 99/2014****Comissão Especial
Relatório**

Por meio da Mensagem nº 647/2014, publicada em 24/4/2014 no *Diário do Legislativo*, o governador do Estado submeteu à apreciação desta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, “d”, da Constituição do Estado, a indicação de Lister César Nascimento para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel.



Esta comissão foi constituída para emitir parecer sobre a escolha, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146 do Regimento Interno.

Durante arguição pública, o sabatinado afirmou que sua indicação não encontra restrição nos termos da Constituição do Estado e do Decreto nº 45.604/2011 e respondeu com presteza, clareza e desembaraço às questões propostas, demonstrando experiência e conhecimento suficientes para assumir o cargo.

Conclusão

Opinamos favoravelmente a Lister César Nascimento ocupar o cargo de diretor-geral do Detel.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Inácio Franco, presidente - Vanderlei Miranda, relator - Rômulo Viegas.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 100/2014

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 648/2014, publicada em 24/4/2014 no *Diário do Legislativo*, o governador do Estado submeteu à apreciação desta casa Casa, nos termos do art. 62, XXIII, ”d”, da Constituição do Estado, o nome de José Donald Bittencourt Júnior para o cargo de presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg.

Esta comissão foi constituída para emitir parecer sobre a escolha, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146 do Regimento Interno.

Durante arguição pública desta comissão, o indicado afirmou que sua indicação não encontra restrição nos termos da Constituição do Estado e do Decreto nº 45.604, de 18/5/2011, e respondeu com clareza às questões, demonstrando experiência e conhecimento suficientes para assumir a presidência da Jucemg.

Conclusão

Opinamos favoravelmente à indicação do Sr. José Donald Bittencourt Júnior para o cargo de presidente da Jucemg.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Bosco, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Wander Borges.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.841/2014

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, o Projeto de Lei nº 4.841/2014 tem por objetivo instituir o Dia do Policial Militar Aviador e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende instituir o Dia do Policial Militar Aviador, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de agosto.

O cargo de policial militar aviador integra a estrutura da Polícia Militar do Estado. A PMMG criou, por meio da Resolução nº 1.665, de 27/1/1987, o Comando de Radiopatrulhamento Aéreo - Corpaer -, com a finalidade de operar aeronaves em atividades de preservação da ordem pública como suporte às tropas terrestres.

O Corpaer conta com um corpo de profissionais com habilidades e capacitações específicas na área da aviação, além de treinamento policial militar específico. Possui a segunda maior frota policial dentre os operadores estaduais, sendo superada apenas por São Paulo.

Entre suas atividades, o comando executa ações e operações preventivas ou repressivas em apoio ao policiamento ostensivo geral; a frações terrestres, atuando sistematicamente nas ocorrências de alta complexidade; a ações e operações realizadas pelo policiamento de trânsito urbano e rodoviário; a frações de policiamento ambiental; e ao Corpo de Bombeiros Militar nas ações preventivas ou nas operações de salvamento e resgate de pessoas, aquático ou terrestre, no transporte aeromédico, nos incêndios urbanos e florestais.

Reputamos justa e oportuna a homenagem que se pretende prestar ao policial militar aviador por meio da instituição de uma data comemorativa dedicada a esses profissionais que tanto contribuem para a segurança da sociedade.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, não identificou óbice à tramitação do projeto e, com o propósito de adequar a matéria à técnica legislativa, apresentou o Substitutivo nº 1, com o qual concordamos.

Apresentamos, no entanto, ao final deste parecer, emenda ao substitutivo, de forma a alterar a data de comemoração para o dia 23 de outubro, Dia do Aviador, instituído por meio da Lei nº 218, de 1936, em homenagem ao primeiro voo de Santos Dumont, realizado em 23 de outubro de 1906.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.841/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 1º do Substitutivo nº 1, a expressão “26 de agosto” por “23 de outubro”.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

João Leite, presidente - Lafayette de Andrada, relator - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.166/2014**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe institui o Dia Estadual do Fusca.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 26/4/2014, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.166/2014 visa instituir o Dia Estadual do Fusca, a ser celebrado anualmente no dia 18 de fevereiro.

Em sua justificação, o autor da proposição esclarece que o dia 18 de fevereiro foi escolhido para prestar uma homenagem ao fundador do Clube do Fusca Belo Horizonte, Amauri Lúcio de Oliveira, que faleceu nessa data, no Rio de Janeiro, em um acidente.

Na análise jurídica, é importante destacar que a Constituição da República, em seu art. 22, relaciona as matérias de interesse nacional, sobre as quais cabe à União legislar privativamente; no art. 30, prevê a competência dos municípios para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual para atender à suas peculiaridades. Ao estado membro, o § 1º do art. 25 reserva a competência sobre temas que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

Tendo em vista esses dispositivos, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de quaisquer dos estados componentes do sistema federativo.

Ademais, o art. 66 da Carta Mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção àquela ora examinada. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a deflagração do processo legislativo.

À vista dessas considerações, não há óbice à tramitação do projeto de lei em análise.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.166/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Duílio de Castro, relator - Lafayette de Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.184/2014**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Proprietários de Malharias e Comércio de Tricot de Monte Sião, com sede no Município de Monte Sião.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 1º/5/2014 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.184/2014 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Proprietários de Malharias e Comércio de Tricot de Monte Sião, com sede no Município de Monte Sião.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 10, parágrafo único, que as atividades de seus diretores e conselheiros não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucros, vantagens ou bonificações, sob qualquer forma ou pretexto; e, no art. 25, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, juridicamente constituída.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.184/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Lafayette de Andrada - Duílio de Castro.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.189/2014**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Adalever Lopes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Distrito e Região de Dom Modesto, com sede no Município de Caratinga.



A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 6/5/2014 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.189/2014 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Distrito e Região de Dom Modesto, com sede no Município de Caratinga.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 15 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, legalmente constituída e registrada, para ser aplicado nas mesmas finalidades da associação dissolvida; e o § 2º do art. 30 veda a remuneração de seus dirigentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.189/2014 na forma apresentada. Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente e relator - Lafayette de Andrada - Dalmo Ribeiro Silva - Duilio de Castro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.950/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Henrique, a proposição em epígrafe “altera a Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 15/3/2012, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a este órgão colegiado para análise preliminar de seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Em 14/8/2012, este relator apresentou requerimento solicitando fosse a proposição baixada em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda. A resposta a essa diligência encontra-se anexada ao processo.

Fundamentação

A proposição em tela visa alterar a Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD. Mais especificamente, pretende-se acrescentar parágrafo ao art. 14 da mencionada lei, dispondo que “o ITCD será recolhido mediante alvará judicial e será descontado do montante dos bens deixados em espécie pertencentes ao espólio em virtude de sucessão legítima ou testamentária ou de doação”.

Segundo o autor, a alteração legal seria necessária a fim de possibilitar aos herdeiros a quitação do ITCD por meio de desconto nos valores em espécie dos espólios. Afirma que isso corrigirá a dificuldade que muitos herdeiros têm de receber seus quinhões de herança por falta de condições financeiras de quitar o ITCD. A ideia central seria a de possibilitar o pagamento com os próprios recursos a serem recebidos dos espólios sem onerar aqueles que vão receber seus quinhões em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

O ITCD é um tributo instituído pelo Estado, nos termos do art. 155, I, da Constituição da República de 1988. No exercício dessa competência, o Estado de Minas Gerais editou a Lei nº 14.941, de 2003, que dispõe sobre o referido imposto, estabelecendo a sua hipótese de incidência, base de cálculo, alíquotas, entre outros aspectos. À Assembleia Legislativa compete dispor sobre a matéria referente ao imposto, em consonância com o princípio da reserva legal, haja vista que a organização do sistema tributário, da arrecadação e da distribuição de renda deve ser submetida ao crivo desta Casa, por força do disposto no art. 61, III, da Constituição mineira.

Ocorre que a proposição em comento extravasa o âmbito da competência estadual, na medida em que pretende interferir no direito processual civil, matéria que é de competência privativa da União Federal, nos termos do art. 22, I, da Constituição da República de 1988.

Com efeito, ao determinar que o ITCD seja recolhido mediante alvará judicial e seja descontado dos bens deixados em espécie pertencentes ao espólio em virtude de sucessão legítima ou testamentária, o projeto vai além de somente legislar sobre o imposto estadual, alterando a forma de pagamento do tributo. Portanto, ele esbarra em procedimentos cuja competência legislativa é da União, como é o caso do inventário, regulamentado nos arts. 982 e seguintes do Código de Processo Civil - CPC - Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Destaque-se que os atos judiciais envolvendo a avaliação e cálculo do imposto estão discriminados nos artigos 1.003 a 1.013 do mesmo código.

Ademais, como se passa a demonstrar, embora louvável a iniciativa do parlamentar, a medida constante do projeto ofende outros dispositivos legais, razão pela qual não merece tramitar nesta Casa.

Pelo princípio da *saisine*, adotado pelo Código Civil Brasileiro, em seu art. 1.784, aberta a sucessão, com o falecimento do *de cujus*, há a imediata e automática transmissão da propriedade e posse da herança aos herdeiros legítimos e testamentários. Por esse motivo, a Lei nº 14.941, de 2003, arrola, como contribuinte do ITCD, o herdeiro ou legatário, na transmissão por sucessão legítima ou testamentária (art. 12, I). De acordo com a lei, são ainda contribuintes do imposto: o donatário, na aquisição por doação (art. 12, II); o



cessionário, na cessão a título gratuito (art. 12, III) e o usufrutuário (art. 12, IV). Nesta senda, o art. 13, I, da referida lei determina que o imposto será pago na transmissão “causa mortis”, no prazo de 180 dias contados da data da abertura da sucessão. Logo, em sendo contribuinte do ITCD, é o herdeiro quem deverá proceder à quitação do imposto.

Nesse contexto, a pretensão de que o ITCD seja recolhido mediante alvará judicial e seja descontado dos bens deixados em espécie pertencentes ao espólio vai de encontro a toda a legislação que rege o referido imposto, que prescreve ser o herdeiro o contribuinte, isto é, aquele que deverá arcar com a referida tributação.

É verdade que podem existir situações em que os herdeiros não tenham condições financeiras para quitar o ITCD, dificultando o recebimento dos seus quinhões de herança. Todavia, na prática, tais excepcionais hipóteses devem ser solucionadas no âmbito dos próprios procedimentos de inventário.

Vale dizer, desde que haja a comprovação da incapacidade de pagamento da referida despesa, é plenamente possível a quitação do tributo, mediante requerimento ao juízo do inventário. Aliás, mesmo que não haja valores em espécie disponíveis, deverá ser promovida a alienação de bem para se arcar com o pagamento dessa dívida. A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais é iterativa nesse sentido. Confira-se:

"Agravado de Instrumento - outorga de escritura - bem integrante de acervo hereditário - pagamento - herdeiro - impossibilidade - ausência de partilha - universalidade - arts. 1791 e 1793 do Código Civil - art. 992, 1022 e 1027 do CPC.

O numerário obtido com a alienação de bem integrante do acervo hereditário pertence ao próprio espólio, eis que a venda procedida anteriormente à partilha encontra-se afetada ao pagamento das dívidas, dos legados, da remuneração de profissionais que venham a atuar no feito, e do imposto causa mortis. Apenas após o término do inventário é que há a deliberação judicial de partilha dos bens, com a designação de quais devam constituir quinhão de cada herdeiro" (Agravado de Instrumento nº 1.0701.09.274833-7/001, Relatora: Des. Cláudia Maia, DJ: 05/03/2010.)

"Inventário - herdeiros capazes - ausência de litígio entre as partes - incapacidade financeira - alvará para venda de bem do espólio - ITCD. - Não tendo os herdeiros capacidade financeira para quitar o ITCD, é cabível a expedição de alvará para a venda de bem do espólio" (Agravado de Instrumento nº 1.0024.05.822438-7/001, Relator: Des. Alberto Vilas Boas, DJ: 16/09/2008.)

"Inventário - herdeiros maiores e capazes - dificuldade financeira para pagamento do ITCD - pedido de venda bem inventariado - condicionada a tal pagamento - possibilidade. - Sendo todos os herdeiros, principais interessados no desate, maiores e capazes, e não havendo elementos bastantes para duvidar da alegação de dificuldade em reunir numerário para as despesas com a manutenção dos imóveis, impostos decorrentes, custas processuais e ITCD; demonstra-se razoável o pedido de liberação do pagamento antecipado do imposto e que tal se dê com o numerário obtido com o negócio da venda de mais um bem" (Agravado de Instrumento nº 1.0024.91.792881-4/001, Relator: Geraldo Augusto, DJ: 29/04/2008.)

"Agravado de Instrumento. Direito das sucessões. Venda de bens imóveis do espólio, condicionada ao recolhimento posterior e imediato do ITCD. Possibilidade. Descumprimento da determinação judicial. Novo pedido de levantamento de quantias para suposto pagamento do tributo. Configuração de partilha antecipada. Impossibilidade. Recurso desprovido.

I - A alienação de bem do espólio deve preencher certos requisitos, dentre os quais a quitação dos impostos devidos pela universalidade. II - Excepcionalmente, constatada a deficiência econômica do espólio para arcar com os encargos decorrentes do processo de inventário, nos quais se inclui o pagamento do ITCD, é possível autorizar a venda de bens imóveis. (...)" (Agravado de Instrumento nº 0201587-90.2010.8.13.0000, Relator: Des. Leite Praça, DJ: 06/08/2010.)

Pode-se afirmar, assim, que o projeto não inova a ordem jurídica, uma vez que esta já socorre os herdeiros sem condições financeiras quanto à quitação do ITCD, desde que demonstrada essa necessidade ao Poder Judiciário.

Finalmente, vale lembrar que, em resposta ao pedido de diligência, a Secretaria de Estado de Fazenda opinou desfavoravelmente à proposição. Salientou que, diversamente do que almeja o autor da proposição, “a proposta de vincular o pagamento do ITCD à expedição de um alvará judicial trará prejuízos ao Estado, uma vez que tornará mais difícil e demorado o recolhimento do tributo”. Ressaltou, ainda, que “a proposição em comento representa um retrocesso em relação à forma de arrecadação do imposto, uma vez que traria prejuízo à arrecadação do Estado, além de impor aos cartórios judiciais e à Administração Tributária a prática de inúmeros atos, sobrecarregando ainda mais a rotina desses órgãos”.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.950/2012.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, Presidente e relator - Lafayette de Andrada - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.187/2014

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 653/2014, o governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 6/5/2014 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria em seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 5.187/2014 de conferir a necessária autorização legislativa para que o Poder Executivo possa doar ao Município de Piranga o imóvel com área de 13.700m², situado na localidade de Pompeia, Município de Piranga, registrado sob o nº 8.359, a fls. 56 do Livro 3-N, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piranga.

O referido bem passou a fazer parte do patrimônio do Estado por doação de particulares, em 1950, sem nenhuma condição prevista. No local, funcionou a Escola Estadual Benvindo Miranda, mas, atualmente, o prédio encontra-se em ruínas.

A transferência de patrimônio público, ainda que para outro ente da Federação, deve obedecer ao art. 18 da Constituição Mineira, que exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação para a alienação de imóveis. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

No plano infraconstitucional, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação, entre outros institutos previstos na lei. Ademais, esse dispositivo impõe a subordinação do contrato de transferência de domínio ao atendimento do interesse público, o que pode ser observado nas cláusulas de destinação e reversão do imóvel.

Em relação à proposição em análise, o propósito de atender ao interesse público está manifesto no parágrafo único do art. 1º do projeto, que determina que o imóvel será destinado à construção de um posto médico, para atender à demanda na área de saúde da população daquela comunidade.

Ainda na defesa do interesse coletivo, o art. 2º determina a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista; o art. 3º estabelece que essa autorização tornar-se-á sem efeito se, findo igual prazo, o donatário não houver procedido ao registro do imóvel; e o art. 4º dispõe que o Município de Piranga deverá encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão documento que comprove a destinação do bem conforme estabelecido nessa autorização.

Por fim, é importante observar que foi anexado ao processo laudo de avaliação do imóvel, que, utilizando a norma NBR14.653, da ABNT, e a tabela do Sinduscon, avaliou o bem em R\$143.165,00.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.187/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente e relator - Dalmo Ribeiro Silva - Lafayette de Andrada - Duilio de Castro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.026/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 5.026/2010, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.026/2010

Aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.733/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.733/2013, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Porto Firme - Consep -, com sede no Município de Porto Firme, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.733/2013

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Porto Firme - Consep -, com sede no Município de Porto Firme.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Porto Firme - Consep -, com sede no Município de Porto Firme.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.821/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.821/2013, de autoria da deputada Luzia Ferreira e do deputado Carlos Henrique, que declara de utilidade pública a entidade denominada Ação Beneficente Resplandecente Estrela da Manhã - Abrem -, com sede no Município de Juiz de Fora, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.821/2013

Declara de utilidade pública a entidade Ação Beneficente Resplandecente Estrela da Manhã - Abrem -, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Ação Beneficente Resplandecente Estrela da Manhã - Abrem -, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.129/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.129/2013, de autoria do deputado Rogério Correia, que declara de utilidade pública a Associação Guidoalense de Deficiente Físico - Agudéf -, com sede no Município de Guidoal, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.129/2013

Declara de utilidade pública a Associação Guidoalense de Deficientes Físicos - Agudéf -, com sede no Município de Guidoal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Guidoalense de Deficientes Físicos - Agudéf -, com sede no Município de Guidoal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.510/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.510/2013, de autoria do deputado Vanderlei Miranda, que declara de utilidade pública a Associação Oásis de Assistência Social, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.510/2013

Declara de utilidade pública a Associação Oásis de Assistência Social, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Oásis de Assistência Social, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.543/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.543/2013, de autoria do deputado Lafayette de Andrada, que dá a denominação de Rodovia Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira - Caíque - ao trecho rodoviário que menciona, foi aprovado em turno único, com as Emendas nºs 1 e 2.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.543/2013

Dá denominação de Rodovia Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira - Caíque - ao trecho rodoviário que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira - Caíque - o trecho da Rodovia MG-132 que liga o entrocamento com a Rodovia MG-275-B, no Município de Rio Espera, ao Município de Cipotânea.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.652/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.652/2013, de autoria do deputado Ivair Nogueira, que dá denominação ao trecho da Rodovia MG-170 que liga o Município de Guapé ao Município de Pimenta, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.652/2013

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-170 que liga a Rodovia MG-050 ao entrocamento que dá acesso ao Município de Guapé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Rodovia Jafé Mansor Sallum o trecho da Rodovia MG-170 que liga o entrocamento com a Rodovia MG-050, no Município de Pimenta, ao entrocamento que dá acesso ao Município de Guapé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.700/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.700/2013, de autoria do deputado Dinis Pinheiro, que declara de utilidade pública o Movimento Estudantil do Brasil – MEB –, com sede no Município de Ibitaré, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.700/2013

Declara de utilidade pública a entidade Movimento Estudantil do Brasil – MEB –, com sede no Município de Ibitaré.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Movimento Estudantil do Brasil – MEB –, com sede no Município de Ibitaré.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Rômulo Viegas.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.702/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.702/2013, de autoria do deputado Jayro Lessa, que declara de utilidade pública a Associação Casa Lar de Itabirito, com sede no Município de Itabirito, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.



PROJETO DE LEI Nº 4.702/2013

Declara de utilidade pública a Associação Casa Lar de Itabirito, com sede no Município de Itabirito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Lar de Itabirito, com sede no Município de Itabirito.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.811/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.811/2013, de autoria do deputado Juarez Távora, que declara de utilidade pública a Sociedade Protetora de Animais de São Lourenço, com sede no Município de São Lourenço, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.811/2013

Declara de utilidade pública a Sociedade Protetora de Animais de São Lourenço, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Protetora de Animais de São Lourenço, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.829/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.829/2014, de autoria do governador do Estado, que dá denominação a escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Rio Piracicaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.829/2014

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Rio Piracicaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Marinho Silva a escola estadual de ensino fundamental situada na Rua João Nogueira de Rezende, nº 387, Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Rio Piracicaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Rômulo Viegas, relator - Antônio Carlos Arantes.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.883/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.883/2014, de autoria do deputado Antônio Lerin, que declara de utilidade pública a Associação Uberabense de Proteção aos Animais - Supra -, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.883/2014

Declara de utilidade pública a Associação Uberabense de Proteção aos Animais - Supra -, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Uberabense de Proteção aos Animais - Supra -, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.890/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.890/2014, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, com sede no Município de Senador Amaral, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.890/2014

Declara de utilidade pública a Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, com sede no Município de Senador Amaral.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, com sede no Município de Senador Amaral.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.929/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.929/2014, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí, com sede no Município de Curvelo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.929/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.931/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.931/2014, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Curvelo - Norte, com sede no Município de Curvelo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.931/2014

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Curvelo - Norte, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Curvelo - Norte, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.935/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.935/2014, de autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública o Lions Clube de Uberlândia 21 de Abril, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.



PROJETO DE LEI Nº 4.935/2014

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Uberlândia 21 de Abril, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Uberlândia 21 de Abril, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.938/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.938/2014, de autoria do deputado André Quintão, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente - ONG Ambientalista, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.938/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente - ONG Ambientalista, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente - ONG Ambientalista, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Zé Maia, relator - Jayro Lessa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.950/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.950/2014, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Recreativa Amigos e Amigos - Acraa -, com sede no Município de Nepomuceno, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.950/2014

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Recreativa Amigos e Amigos - Acraa -, com sede no Município de Nepomuceno.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Recreativa Amigos e Amigos - Acraa -, com sede no Município de Nepomuceno.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.952/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.952/2014, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Médio Rio Grande, com sede no Município de Nepomuceno, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.952/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Médio Rio Grande, com sede no Município de Nepomuceno.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Médio Rio Grande, com sede no Município de Nepomuceno.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.954/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.954/2014, de autoria do deputado Bosco, que declara de utilidade pública o Lar do Idoso São Vicente de Paulo de Perdizes, com sede no Município de Perdizes, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.954/2014

Declara de utilidade pública o Lar do Idoso São Vicente de Paulo de Perdizes, com sede no Município de Perdizes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar do Idoso São Vicente de Paulo de Perdizes, com sede no Município de Perdizes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.960/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.960/2014, de autoria da deputada Rosângela Reis, que declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas Ecléticos da Região Nordeste de Belo Horizonte - Astapen -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.960/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas Ecléticos da Região Nordeste de Belo Horizonte - Astapen -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas Ecléticos da Região Nordeste de Belo Horizonte - Astapen -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.966/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.966/2014, de autoria do deputado Tenente Lúcio, que declara de utilidade pública a Associação Paraolímpica Uberlandense de Deficientes Visuais - Apuv -, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.966/2014

Declara de utilidade pública a Associação Paraolímpica Uberlandense de Deficientes Visuais - Apuv -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Paraolímpica Uberlandense de Deficientes Visuais - Apuv -, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.970/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.970/2014, de autoria do deputado Tiago Ulisses, que declara de utilidade pública a Associação Irmandade Dona Neca, com sede no Município de Luz, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.970/2014

Declara de utilidade pública a Associação Irmandade Dona Neca, com sede no Município de Luz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Irmandade Dona Neca, com sede no Município de Luz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.974/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.974/2014, de autoria do deputado André Quintão, que declara de utilidade pública a Casa de Repouso e Tratamento Senhora Santana, com sede no Município de Brasília de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.974/2014

Declara de utilidade pública a entidade Casa de Repouso e Tratamento Senhora Santana, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa de Repouso e Tratamento Senhora Santana, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.976/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.976/2014, de autoria do deputado Tadeu Martins Leite, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Alagadiço, com sede no Município de Espinosa, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.976/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Alagadiço, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Alagadiço, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.977/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.977/2014, de autoria do deputado Tadeu Martins Leite, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente do Lar Santa Isabel, com sede no Município de Fruta de Leite, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.



PROJETO DE LEI Nº 4.977/2014

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente do Lar Santa Isabel, com sede no Município de Fruta de Leite.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente do Lar Santa Isabel, com sede no Município de Fruta de Leite.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.990/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.990/2014, de autoria do deputado Dinis Pinheiro, que declara de utilidade pública o Instituto Dr. Raimundo Silva - PRO RIM, com sede no Município de Itajubá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.990/2014

Declara de utilidade pública o Instituto Dr. Raimundo Silva - PRO RIM, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Dr. Raimundo Silva - PRO RIM, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.001/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 5.001/2014, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Patrocínio - CDL -, com sede no Município de Patrocínio, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5.001/2014

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.003/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 5.003/2014, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5.003/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.005/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 5.005/2014, de autoria do deputado Ulysses Gomes, que declara de utilidade pública o Projeto Social Santo Antônio - Prossan -, com sede no Município de Pouso Alegre, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5.005/2014

Declara de utilidade pública o Projeto Social Santo Antônio - Prossan -, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto Social Santo Antônio - Prossan -, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.034/2014

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 5.034/2014, de autoria do deputado Zé Maia, que declara de utilidade pública a Associação Garimpense de Apoio à Pessoa Idosa - Grupo Feliz Idade -, com sede no Município de Conceição das Alagoas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5.034/2014

Declara de utilidade pública a Associação Garimpense de Apoio à Pessoa Idosa - Grupo Feliz Idade, com sede no Município de Conceição das Alagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Garimpense de Apoio à Pessoa Idosa - Grupo Feliz Idade, com sede no Município de Conceição das Alagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Antonio Lerin, presidente - Jayro Lessa, relator - Zé Maia.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O presidente despachou, em 20/5/2014, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. José Maurício Neto, ocorrido em 19/5/2014, nesta capital. (- Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Pregão Eletrônico nº 102/2012

Contratada: Controlar Comércio de Filtros e Equipamentos Ltda.

Objeto: aquisição de filtros de ar para unidade de ventilação e ar- condicionado.

Sanção: suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de 3 meses.

Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011; Decreto nº 45.902, de 27/1/12; Lei Estadual nº 13.994, de 18/9/2001 e Lei Estadual nº 14.167, de 10/1/2002.

Pregão Eletrônico nº 36/2013

Contratada: Comercial Makários Equipamentos e Artigos para Escritório & Serviços Ltda.

Objeto: aquisição de cadeiras.

Sanção: advertência.



Fundamento legal: art. 22 da Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011, e art. 12 da Lei Estadual nº 14.167, de 10/1/2002.

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Crown Vídeo Systems Assessoria e Comércio Ltda. Objeto: aquisição de câmeras de vídeo, cartões de memória e tripés. Vigência: seis meses a partir da assinatura do contrato. Licitação: Pregão Eletrônico nº 131/2012 - Número do Processo no Portal de Compras: 1011014146/2012. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90.10.1 e 1011-01.122.701-2.009.4.4.90.10.1.

TERMS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Contratantes: Carlos Alexandre Freitas (CTO/19/2014.1), Diogo Pacheco Veloso (CTO/19/2014.2), Edgar Silva dos Anjos (CTO/19/2014.3), Eugênio Délbis de Lacerda (CTO/19/2014.4), Eveline Juncal Victória (CTO/19/2014.5), Gláucia Miranda (CTO/19/2014.6), Izabella Cristina Correia de Rezende (CTO/19/2014.7), Jefferson Rodrigues de Lima (CTO/19/2014.8), João Victor de Almeida Chaves (CTO/19/2014.9), Juliana Gomes Vargas (CTO/19/2014.10), Leandro do Carmo Santana (CTO/19/2014.11), Lúcio Domingues de Medeiros (CTO/19/2014.12), Márcio Júnio de Oliveira Rezende Silva (CTO/19/2014.13), Maria Thereza Camisão Mesquita Sampaio (CTO/19/2014.14), Mariana Barros Silva (CTO/19/2014.15), Nádia Sales Chaves (CTO/19/2014.16), Renata Lima Leite (CTO/19/2014.17), Ronaldo Félix de Araújo (CTO/19/2014.18), Soraia Andréa Gomes Castro (CTO/19/2014.19) e Tiago Almeida Tito (CTO/19/2014.20). Contratada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Objeto: curso de especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Vigência: a partir da data da assinatura até novembro de 2015.